UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES E MANIFESTAÇÕES EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (2000 – 2012)

DANILO SOUZA MELO

TRÊS LAGOAS
2015

DANILO SOUZA MELO

GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES E MANIFESTAÇÕES EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (2000 – 2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação da Profª. Drª. Rosemeire Aparecida de Almeida.

TRÊS LAGOAS
2015

DANILO SOUZA MELO

GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES E MANIFESTAÇÕES EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (2000 – 2012)

COMISSÃO JULGADORA

_____
Prof.ª Dr.ª Rosemeire Aparecida de Almeida
DCH/UFMS/ Três Lagoas/MS

_____
Prof.º Dr.º Sedeval Nardoque
DCH/UFMS/ Três Lagoas/MS
Membro da banca

_____
Prof. ª Dr.ª Tânia Paula Silva
Membro da banca

Resultado: _____

Dedico este trabalho a minha família, em especial,
a minha avó dona Filomena que nos deixou durante este trabalho.

Ao seu Pedro Poltroniere, acampado em Mato Grosso, que partiu antes
de ver a terra ser dividida.

Aos camponeses acampados em Mato Grosso e
Mato Grosso do Sul cujas lutas inspiraram este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Na caminhada do mestrado tive a oportunidade de conhecer pessoas e me aproximar de outras, todas fundamentais na realização desta pesquisa. Assim, registro aqui meu agradecimento pela ajuda e amizade.

Agradeço a toda minha família, principalmente aos meus pais e meu irmão pelo amor incondicional.

À Nayla, namorada, companheira e amiga, por compreender as minhas ausências durante esta trajetória.

Agradeço ao Grupo de Estudos Terra e Território (GETT), do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), em que convivi com companheiros de estudos: José, Mariele, Talita, Everton, Bruno César, Thiago, Thiago Rocco (entre outros) - que me ensinaram a qualidade da paciência e o trabalho em conjunto.

Ao Mie pelas contribuições na realização deste trabalho. Agradeço também pela amizade ilustrada pelos divertidos trabalhos de campo.

À Profª Rose pela orientação - mesmo antes do mestrado com os puxões de orelha.

Meu obrigado ao Prof. Sedeval Nardoque pela “co-orientação” e colaboração na qualificação do trabalho.

Agradeço ao professor e amigo Rodrigo Simão pela participação na qualificação deste trabalho.

Agradeço as professoras Patrícia e Onélia pela participação e colaboração durante os exames de qualificação e defesa.

Agradeço aos amigos André Bersani e Marco Aurélio pelos debates sobre a questão agrária e pela descontração nas viagens e conversas no dia a dia.

Aos amigos do Laboratório de Estudos Urbanos (LETUR), em especial ao Marcos Prudêncio, Geise, Camila, Fernando e Adriano.

Ao amigo Hermiliano pela ajuda nesses 7 anos de universidade.

Ao amigo Nathan pela ajuda nos trabalhos de campo em Dourados (MS)

Aos funcionários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus de Três Lagoas, em especial ao Adalto (Ligeirinho).

Agradeço aos amigos Danilo, Lorena e Lara e aos laboratórios da Rede DATALUTA que de alguma forma colaboraram com as discussões feitas durante os encontros da Rede.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST pela receptividade e, em particular, a Marina do MST-MS. Em Mato Grosso, sou grato aos dirigentes Carneiro, Axé, Sabrina, Dida e Pipoca.

À Comissão Pastoral da Terra representada pelo amigo Roberto.

À Capes pela concessão da bolsa de estudo e apoio ao trabalho de campo via Rede Centro-Oeste.

RESUMO

O cerne da questão agrária nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, qual seja a concentração da terra e os conflitos decorrentes, está relacionado ao processo histórico de povoamento deste vasto território, motivado principalmente por políticas que proporcionaram a apropriação capitalista da terra e a expulsão de camponeses e povos tradicionais. As atuais disputas pela terra e território em MT e MS têm em sua conjuntura a intensificação do modelo de agricultura capitalista chamado de agronegócio e, de outro lado, os povos do campo que vivem da terra de vida e trabalho. Nesse sentido, este trabalho objetiva compreender a dinâmica da luta pela terra em MT e MS entre os anos de 2000 a 2012 por meio das ocupações e manifestações do campo registradas pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Especificamente, buscamos analisar nos estados o processo monopolização do território pelo capital iniciando a análise no processo de apropriação capitalista da terra e, por conseguinte, a expansão do agronegócio gerando cidades especializadas. Estudamos esta dinâmica da luta pela terra por meio da sistematização dos dados do DATALUTA e em entrevistas realizadas durante trabalhos de campo em acampamentos nos municípios de Cáceres (MT), Mirassol d'Oeste (MT) e Itaquiraí (MS). A sistematização dos dados resultou na produção de gráficos, tabelas e mapas temáticos e, consequentemente, permitiu a análise do protagonismo das ações dos movimentos e revelou as regiões, municípios e cidades mais conflituosas nos respectivos estados. Assim, realizamos trabalho de campo nos principais locais de ocorrência das ocupações e manifestações nos estados de MT e MS a fim de compreender melhor as ações dos movimentos e conhecer as histórias de luta dos camponeses. Por fim, este trabalho possibilitou compreender o cerne e a conjuntura da questão agrária em MT e MS, a dinâmica da luta pela terra no período de 2000 a 2012 e as estratégias de luta dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Ocupações; Manifestações; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; DATALUTA; Movimentos Sociais

RESUMEN

El centro de la cuestión agraria en los Estados de Mato Grosso y Mato Grosso do Sul, que es la concentración de la tierra y los conflictos que se presentan, se relaciona con el proceso histórico de asentamiento de este vasto territorio, motivada principalmente por las políticas que proporcionan la apropiación capitalista de la tierra y la expulsión de los campesinos y pueblos tradicionales. Las actuales disputas sobre tierras y territorio en MT y MS tienen en su situación la intensificación del modelo capitalista de agricultura llamado agronegocio y, por otro lado, las personas del país que viven en la tierra para vivir y trabajar. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo comprender la dinámica de la lucha por la tierra en MT y MS entre los años 2000-2012 a través de las ocupaciones y las manifestaciones del campo registrado por la base de datos de la lucha por la tierra (DATALUTA). En concreto, analizamos el proceso de monopolización territorio por capital a partir del análisis en el proceso de apropiación capitalista de la tierra y, por lo tanto, la expansión del agronegocio para generar ciudades especializadas. Estudiamos esta dinámica de la lucha por la tierra a través de la sistematización de datos de DATALUTA y en las entrevistas durante el trabajo de campo en campamentos en las ciudades de Cáceres (MT), Mirassol d ' Oeste (MT) y Itaquiraí (MS).La sistematización de los datos resultó en la producción de gráficos, tablas y mapas temáticos y por lo tanto permite el análisis del papel de las acciones de los movimientos y reveló más conflictivas regiones y ciudades en sus respectivos Estados. Así, realizamos trabajo de campo en los principales locales de ocurrencia de las ocupaciones y manifestaciones en los estados de MT y MS a fin de comprender mejor las acciones de los movimientos y conocer las historias de lucha de los campesinos. Finalmente, este trabajo ha permitido entender el corazón y la situación de la cuestión agraria en MT y MS, la dinámica de la lucha por la tierra en el período de 2000 a 2012 y las estrategias de los movimientos sociales.

Palabras-clave: Ocupaciones; Manifestaciones; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; DATALUTA; Movimentos Sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sapezal (MT): casa popular 54
Figura 2 - Chapadão do Sul (MS): vista parcial do bairro popular 54
Figura 3 - Sapezal (MT): casa de alto padrão 55
Figura 4 - Chapadão do Sul (MS): casa de alto padrão 55
Figura 5 - Sapezal (MT): Placas de Empresas ligadas ao agronegócio 57
Figura 6 - Chapadão do Sul (MS): Placas de Empresas ligadas ao agronegócio 58
Figura 7 - Sapezal (MT): Quitanda e horta urbana (ao fundo).....59
Figura 8 - Chapadão do Sul (MS): Horta urbana Municipal 61
Figura 9 - Sapezal (MT): Mamão atingido por pulverização 61
Figura 10 - Brasil: rede DATALUTA 69
Figura 11 - DATALUTA: categorias e fontes 70
Figura 12 - DATALUTA: processo de registro das informações 71
Figura 13 - Jornal Correio do Estado: notícia ocupação em Paranaíba (MS) 72
Figura 14 - Jornal Correio do Estado: manchete sobre manifestação 75
Figura 15 - Jornal A Gazeta: manchete sobre manifestações 76
Figura 16 - Mato Grosso do Sul: Noticia de acampamento do Movimento MAF 80
Figura 17 - Jornal Correio do Estado: ocupação do INCRA 105
Figura 18 - Jornal Folha do Estado: notícia manifestação indígena 110
Figura 19 - Cáceres (MT): horta na área central do Acampamento Silvio Rodrigues 113
Figura 20 - Acampamento Kássio Ramos: biblioteca 115
Figura 21 - Acampamento Antônio Irmão: vista do acampamento 117
Figura 22 - Acampamento Antônio Irmão: escola.....119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
APROCEL – Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso
ASTELIRA – Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento
ATR – Associações de Trabalhadores Rurais
CANASAT – Mapeamento da Cana Via Imagens de Satélite de Observação da Terra
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES – Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CONATRAE – Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COTREC – Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTG – Centro de Tradição Gaúcha
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra
DESEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAV – Federação da Agricultura Familiar
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FETRAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FOA – Food and Agriculture Organization
FPPMG – Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais
FTPV – Fórum Teles Pires Vivo
FTR – Força dos Trabalhadores Rurais
FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUVI – Famílias Unidas do Vale do Ivinhema

GECA – Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária

GEOLUTAS – Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade

GETEC – Grupo de Estudos Sobre Trabalho, Espaço e Campesinato

GPS – Global Positioning System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LABERUR – Laboratório e Estudos Rurais e Urbanos

LABET – Laboratório de estudos territoriais

LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAF – Movimento Sul-Mato-Grossense da Agricultura Familiar

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MS – Mato Groso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

MT – Mato Grosso

MTAA – Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados

MTR – Movimento dos Trabalhadores Rurais

NEAG – Núcleo de Estudos Agrários

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

OAN – Ouvidoria Agrária Nacional

OCCA – Observatório dos Conflitos do Campo

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PDA – Projeto de Desenvolvimento de Assentamento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PQA – Paradigma da Questão Agrária

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPB – Universidade Federal de Paraíba

UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

VANT – Veículos Aéreos Não Tripulados

LISTA GRÁFICOS

Gráfico 1 – MT e MS: Produção de Soja (2000-2012).....41
Gráfico 2 – MS e MT: Área cultivada de cana-de-açúcar por estado – hectare.....43
Gráfico 3 – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Número de trabalhadores em situação de escravidão (2000 a 2012).....44
Gráfico 4 - MT/MS: ocupações de terra (2000 a 2012).....88
Gráfico 5 - MT/MS: famílias em ocupações de 2000 a 2012.....89
Gráfico 6 - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: assentamentos criados (2000 - 2012).....90
Gráfico 7 - MT e MS: Famílias assentadas (2000-2012).....91
Gráfico 8 - MS: ocupações do MST e movimento indígena de 2000 a 2012.....98
Gráfico 9 - MT/MS: manifestações pelos movimentos socioterritoriais do campo 2000 a 2012.....101
Gráfico 10 – MT/MS: número de manifestações por tipologia – 2000 a 2012.....104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: biomas.....25
Mapa 2 - MT e MS: Índice de GINI por município 2012.....37
Mapa 3 - Território e Territorialização da produção de soja.....42
Mapa 4 - MT e MS: Municípios de Sapezal e Chapadão do Sul - localização.....51
Mapa 5 - MT e MS ocupações por município (2000 a 2012).....94
Mapa 6 - MT e MS: ocupações organizadas pelo MST e movimento Indígena (2000 a 2012).....97
Mapa 7 - MT e MS manifestações do campo (2000 a 2012).....108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO ESPACIAL DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL 20

1.1 O papel do Estado e do Capital no processo de conformação da estrutura fundiária do espaço (sul)matogrossense 21

1.2 Do “velho” latifúndio ao “novo” agronegócio, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 32

1.3 Da colonização às cidades do agronegócio 46

CAPÍTULO II - A CONTRIBUIÇÃO DO DATALUTA NO ESTUDO DA LUTA PELA TERRA 65

2.1 A Rede DATALUTA e o Banco de Dados da Luta pela Terra 66

2.2 DATALUTA: metodologia de registro das informações 70

2.3 As categorias ocupação e manifestação 71

2.4 Uma análise geográfica dos movimentos sociais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 76

CAPÍTULO III - ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL 83

3.1 As ocupações em MT e MS 85

3.2 Manifestações em MT e MS e a relação campo-cidade 99

3.3 No chão da luta: histórias de espacialização da luta pela terra em MT e MS 111

CONSIDERAÇÕES FINAIS 121

BIBLIOGRAFIA 125

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de 2000 a 2012, é desdobramento da nossa participação do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas/MS. No LABET foram desenvolvidas pesquisas sobre a questão agrária, no qual, compomos a rede DATALUTA - principal fonte de informações desta pesquisa.

A formação acadêmica voltada para estudos da questão agrária em Mato Grosso do Sul, e a participação no projeto "Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária", da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Edital MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/CAPES/PRO-CENTRO-OESTE nº 31/2010), foram os principais motivos para escolha dos estados de MT e MS como espaço de pesquisa. O recorte temporal tem por objetivo dar atualidade às informações sobre a luta pela terra e, consequentemente, dar novos subsídios à discussão sobre a questão agrária em MT e MS.

Partimos do pressuposto teórico de que o capital no campo se desenvolve de maneira desigual e combinada, ou seja, ao se reproduzir, cria relações tipicamente capitalistas e relações não capitalistas (OLIVEIRA, 1991). Nesse sentido, a (re)criação do campesinato é resultado do processo de reprodução ampliada do capital no campo, entretanto, este não é um processo mecânico, pelo contrário, há rebeldia, ou seja, a (re)criação camponesa ocorre por meio de disputas e conflitos com o capital e Estado.

Em Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul, o desenvolvimento do capital no campo teve apoio do Estado, por meio de leis e decretos que promoveram a apropriação capitalista da terra (MORENO, 1994). Para Fabrini (2008), o Estado não foi apenas planejador, mas indutor da formação das grandes propriedades a partir da concessão e venda de terras devolutas às empresas colonizadoras e grandes capitalistas. É, pois, a partir da lógica contraditória do capital, que camponeses e indígenas lutam pela terra e por territórios que lhe pertenceram outrora, realizando ocupações e manifestações.

Para Fernandes (1999) as ocupações e manifestações contribuem para a espacialização e territorialização da luta pela terra e do campesinato. Nessa perspectiva, nos propomos a estudar as ações dos movimentos socioterritoriais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em especial as ocupações e manifestações ocorridas no período de 2000 a 2012.

O objetivo geral do trabalho é a análise da dinâmica do movimento da luta pela terra em MT e MS por meio das ocupações e manifestações sistematizadas pelo DATALUTA. Dito de outra forma, buscamos compreender a relação destas ações com o processo de espacialização e territorialização camponesa, bem como, a vinculação da estrutura fundiária com o modelo hegemônico de agricultura destes estados.

Para cumprir com os objetivos, adotamos diferentes procedimentos metodológicos, que passam pela revisão bibliográfica sobre o assunto, sistematização de dados sobre a luta pela terra, trabalha de campo e a utilização de fontes orais. Essa diversidade na metodologia forneceu diferentes informações que se complementam e que buscamos analisar.

Iniciamos pela pesquisa bibliográfica sobre a Questão Agrária brasileira, a fim de compreender questões fundamentais na luta pela terra como, por exemplo, o inicio da propriedade capitalista privada no Brasil e seus reflexos na sociedade. Nesse sentido, encontramos na obra de Moreno (1994; 2008), subsídios para a discussão sobre a apropriação capitalista da terra em MT e MS. Esta e outras leituras basilares sobre a questão agrária brasileira permitiram a análise dos números da luta pela terra (manifestações e ocupações).

Os dados do DATALUTA sobre as ocupações e manifestações é a principal fonte de informações desta pesquisa. Sua sistematização permitiu conhecer a dinâmica destas ações, que procuramos representa-las em gráficos, tabelas e mapas com o objetivo de possibilitar a interpretação tanto temporal como espacialmente das ações dos movimentos.

A sistematização do número de ocupações e manifestações evidenciou os principais municípios de ocorrência no período estudado, que, por sua vez, foram escolhidos para a realização do trabalho de campo. Desta maneira, apoiados pela experiência de Marcos (2006), o trabalho de campo ocorreu em 9 municípios entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, focando nos locais de maior

ocorrência das ocupações e manifestações e em municípios especializados no agronegócio.

Em MT passamos pela cidade de Cuiabá, principal local das manifestações no estado e sede do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No MST entrevistamos os principais dirigentes do estado, e a partir das informações obtidas, elegemos Cáceres como próximo destino. O MST possui boa articulação na região de Cáceres, facilitando o contato com dirigentes locais. Nos munícipios de Cáceres e Mirassol d'Oeste, por 5 dias convivemos, conhecemos e entrevistamos pessoas dos acampamentos Kássio Ramos e Silvio Rodrigues. Ainda em Mato Grosso, realizamos um estudo de caso com pesquisa em campo no município de Sapezal, este, se destaca pela forte presença do agronegócio e alto índice de produção de soja. Em Sapezal, procuramos compreender a estrutura e dinâmica do município por meio de entrevistas com moradores, trabalhadores, pequenos produtores e representantes públicos.

A pesquisa de campo se direcionou para Mato Grosso do Sul, iniciando pela cidade de Campo Grande, principal local das manifestações e sede do MST no estado e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em Sidrolândia, participamos do encontro anual do MST, neste, tivemos contato e entrevistamos lideranças de todo o estado nos permitindo ter um panorama geral da luta pela terra em MS.

Dourados, com alto índice de manifestações no período estudado foi local do trabalho de campo. Na cidade de Dourados participamos de duas audiências públicas da Comissão Nacional da Verdade, no qual comunidades indígenas relataram casos de violação de direitos humanos.

A região Centro Sul de MS se destaca pelo alto índice de ocupações, nesta região, realizamos trabalho de campo no município de Itaquiraí. O município de Itaquiraí possui números significativos de ocupações manifestações, neste, convivemos por 3 dias no acampamento Antônio Irmão, que, por meio de entrevistas com acampados pudemos compreender a luta pela terra na região e a luta dos brasiguaios. No município de Chapadão do Sul foi realizada a última pesquisa de campo, nela, procuramos compreender a dinâmica do município entrevistando trabalhadores e representantes públicos.

Desta maneira, no trabalho de campo foi possível compreender a dinâmica da luta pela terra em MT e MS, assim como, conhecer a realidade dos sujeitos

responsáveis pelas ações estudadas. A opção pelas fontes orais enriqueceu a pesquisa, humanizando-a, assim, deixamos de “torturar os números” para compreender que por trás da representação numérica, há histórias, lutas, sujeitos! Nos depoimentos os sujeitos se redescobrem na própria história e compartilham com o entrevistador sentimentos que não cabem inteiramente na estrutura deste trabalho, por outro lado, os depoimentos confirmam a assertiva de que não há neutralidade científica. (JAPIASSU, 1976).

Estruturado em três capítulos, a dissertação procura auxiliar o leitor na compreensão da questão agrária em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentando o desenvolvimento capitalista nos estados e suas contradições que resultam em disputas pela posse da terra.

No primeiro capítulo, é discutida a formação social dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no qual, o objetivo é entender o desenvolvimento do capitalismo no campo e suas contradições. Iniciamos com o processo de apropriação capitalista da terra por meio de leis e programas e chegamos à atual configuração do capital no campo, o agronegócio. Nessa perspectiva discutimos as cidades do agronegócio, estas, especializadas no modelo produtivo apresentam intensos problemas sociais.

Já no segundo capítulo é apresentada a principal fonte de informações da nossa pesquisa, o Banco de Dados da Luta Pela Terra. Neste capítulo procuramos dissertar sobre sua estrutura organizativa e metodologia de registro das informações. Ainda, discorremos sobre as categorias de análise do DATALUTA (ocupação, manifestação) e sobre a leitura territorial dos movimentos sociais em MT e MS.

O terceiro e último capítulo é o cerne deste trabalho, nele, analisamos a dinâmica das ocupações e manifestações em MT e MS entre os anos de 2000 e 2012, discutindo o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Outro ponto importante deste capítulo está no estudo de caso dos acampamentos Silvio Rodrigues, Kássio Ramos e Antônio Irmão, neles revelamos a garra dos sujeitos, seus exemplos de luta e vida e formação política.

Por fim, esperamos que este trabalho auxilie na análise da luta pela terra em MT e MS, e, de alguma forma, contribua na luta e resistência de camponeses e povos indígenas na longa marcha pela terra.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO ESPACIAL DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL

1.1 O papel do Estado e do Capital no processo de conformação da estrutura fundiária do espaço (sul)matogrossense

Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por umas poucas mãos,
para ampararem cercas e bois e
fazerem da terra escrava e escravos os homens!
(D. Pedro Casaldáliga)

Iniciamos este trabalho com a citação do Bispo D. Pedro Casaldáliga[1], Bispo engajado na defesa dos pobres que lutam pela terra, por entendermos a propriedade privada capitalista da terra, e o processo que culminou no seu monopólio, como cerne da questão agrária no Brasil. Assim, o processo de apropriação capitalista da terra e sua concentração é ponto de partida do estudo sobre as ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No sistema capitalista, a terra é meio de produção, entretanto, por ser bem finito, ou seja, limitado, é diferente de outros meios de produção. Nesse sentido, Martins (1981, p.159/160) assevera:

> A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente de outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é.

A terra, como bem finito e importante meio de produção, é, também, valiosa mercadoria. Seu domínio possibilita ao dono cobrar da sociedade uma renda por sua utilização.

> Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador. (MARTINS, 1981, p.160).

[1]D.Pedro Casaldáliga, santo e herói, fundou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) além de se dedicar em defesa dos posseiros, índios e pobres no campo contra o latifúndio na Amazônia e no Brasil (BETO, 2005).

Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a apropriação e concentração da propriedade capitalista da terra se deu essencialmente por políticas, leis, e decretos criados com objetivo de motivar a migração para a região da fronteira e “ocupar” o antigo Mato Grosso. Entretanto, a política fundiária[2] promoveu a apropriação capitalista da terra e, consequentemente, a formação de latifúndios.

Nesse processo, trabalhadores migraram para a região em busca de acesso à terra, e foram excluídos, assim como as populações indígenas da região foram expulsas e dizimadas no avanço da fronteira. As atuais disputas pela terra, em especial, as manifestações e ocupações protagonizadas pelas organizações camponesas e indígenas, em MT e MS, envolvem a trama do processo de apropriação capitalista da terra por meio da política fundiária utilizada pelo Estado brasileiro.

Nesse sentido, a Lei nº 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, representou o marco inicial, visto ter instituído a propriedade capitalista da terra no Brasil, unindo posse e domínio na mesma figura jurídica, desta maneira, o acesso à terra só poderia ocorrer por meio de compra.

> Com a lei de terras de 1850, [...] o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra dos escravos que foram sendo libertos. (OLIVEIRA, 1991, p.28).

Naquele período, intensas mudanças ocorreram nas relações jurídicas de acesso à terra no Brasil, principalmente com o fim do regime de Sesmarias, em 1822, no qual a coroa Portuguesa concedia terras no Brasil a puros de sangue e de fé: rico, português e católico (MARTINS,1986). A mudança de acesso à terra se deu pela iminência do fim do trabalho escravo.

A produção brasileira, baseada no latifúndio e trabalho escravo, se tornava empecilho à reprodução capitalista mundial, industrializada, que se expandia para novos mercados e consumidores. O fim do trabalho escravo preocupava a elite agrária, pois o modelo produtivo da época não suportaria a concorrência com a produção proveniente do trabalho e terras livres (PAULINO, 2006).

---

[2]Entendemos por política fundiária todos os planos, programas e a legislação criada, revogada e modificada para atender os interesses políticos/econômicos, regionais e nacionais na formação da estrutura fundiária de MT e MS.

Nessa perspectiva, legislou-se com o intuito de dificultar o acesso à terra por trabalhadores livres, assim, a lei nº 601, promulgada em 18 de setembro de 1850, tornara a terra cativa.

> […] Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários (MARTINS, 1986, p.125).

Com a lei, agravou-se a desigualdade social no país, pois excluiu os trabalhadores (escravos libertos, migrantes e posseiros) do acesso legal à terra, restando-lhes vender a força de trabalho.

De acordo com Stédile, essa lei

> [...] discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que possuíam. [...] Aqueles que tinham recebido as sesmarias regularizaram suas posses e transformaram-nas em propriedade privada, assegurando, assim, o domínio da principal riqueza do país: suas terras (STÉDILE, 1997, p.11).

Segundo a Lei de Terras, as posses já existentes deveriam ser regularizadas até 1854, o processo de regularização (medição e demarcação), ficou a cargo de cada Província/Estado. A partir de então, cada Província/Estado ficou responsável por estabelecer leis e fiscalizar a regularização e venda de suas terras devolutas[3].

Além do fundamento jurídico, a Lei de Terras promoveu a ideologia da propriedade capitalista, perdurando até os dias atuais, pois dissemina-se a ideia de que todo proprietário de terra conquistou-a por meio da compra. É necessário destacar, contudo, que leis e decretos estaduais permitiram a regularização de posses e a grilagem das terras devolutas no antigo Mato Grosso.

---

[3] Segundo o Art.5 da Lei 9.760 de 1946 as terras " São devolutas, na faixa da fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprios nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado"(BRASIL, 1946). Ou seja, as terras não regularizadas após a Lei de 1850 deveriam ser devolvidas ao Estado.

Como já destacamos, estas leis e decretos foram criados no período em que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul compunham um único Estado/Província, por esse motivo, utilizaremos o termo espaço[4] matogrossense para referirmos ao antigo Estado de Mato Grosso até o ano de 1977.

Compreendemos o espaço enquanto construção social, pois não há sociedade a-espacial (SANTOS, 2012). Desta maneira, o espaço não é apenas um receptáculo ou uma “base”, o espaço é também produto e produtor das relações sociais.

No capitalismo, a produção do espaço ocorre por meio de sua própria lógica de desenvolvimento desigual, como afirma Smith (1988, p.139).

> O espaço não é igualizado fora da existência, nem é diferenciado infinitamente. Antes, o padrão resultante é o do *desenvolvimento desigual* não num sentido geral, mas como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço. O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo.

O espaço matogrossense, sob a lógica do desenvolvimento do capital, foi produzido de forma desigual e contraditória, criando em seu interior, regiões homogeneizadas (social e economicamente) e, ao mesmo tempo, regiões heterogêneas, com intensos conflitos sociais.

Os biomas presentes no espaço matogrossense foram apropriados e explorados via reprodução do capital promovida pela política fundiária. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul abriga parte dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, como demonstramos no mapa 1.

---

[4] Nos baseamos, para tanto, em Abreu (2001) que utilizou este conceito para delimitar a área de sua pesquisa "que compreende os limites territoriais dos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no contexto de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO." (ABREU, 2001, p.19).

Mapa 1 - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: biomas

Mais que terras agricultáveis, a política fundiária promoveu no espaço mato-grossense, a apropriação e exploração da natureza, incluindo nesta, o próprio homem. Até o começo do século XX, o espaço matogrossense se apresentava como fronteira a ser "desbravada".

Nesse contexto, a política fundiária tinha como objetivo atrair fluxos migratórios de outras regiões do país para ocupar a fronteira. Para Martins (1997, p.09/10).

> A fronteira é, sobretudo no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da esperança no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura.
> O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado” e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é.

Becker (1990, p.11) afirma,

> A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por suas vez, torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle.

Assim, a (trans) formação do espaço matogrossense ocorre/ocorreu com a ação do Estado e avanço do capital na fronteira. Diferentes atividades produtivas se desenvolveram durante o processo de "ocupação" do antigo Mato Grosso. A mineração foi a principal atividade econômica durante o período colonial (1530-1815), com seu declínio no final do século XVlll, mineradores e comerciantes apostaram na diversificação produtiva e na compra de terras (MORENO, 2008).

Outras atividades sucederam a mineração, todas baseadas no latifúndio e sob o controle de oligarquias. Estas elites, aqui divididas entre nortistas e sulistas,

disputaram o controle do Estado para consequentemente controlar a regularização e venda das terras devolutas do Estado.

De acordo com Moreno (2008, p.43),

> [...] no início do século XX, grupos oligárquicos se estabeleceram tanto no norte, representados pelos usineiros de açúcar, como no sul do estado, representados pelos grandes pecuaristas ervateiros, os quais se articulavam em função dos interesses econômicos em jogo.

Ao Norte, após a mineração, a região de Cuiabá se destacava pela pecuária e a produção de cana-de-açúcar com sua inserção na economia internacional/nacional impulsionada pela abertura da navegação no rio Paraguai, transformando os engenhos em novas indústrias.

> Fundamentada inicialmente na mineração e complementada pelas produções açucareira, da borracha, da poaia e da pecuária, a região centro/norte de Mato Grosso foi responsável pela concentração de terras e poder em mãos de uma elite ligada ao capitalismo internacional [...] (MORENO, 2008, p.39).

O extrativismo se expandiu no Norte a partir da década de 1870 com o ciclo da borracha e poaia, elevando o preço das terras e sua concentração. Ao Sul, as terras se valorizaram somente com a abertura para navegação do rio Paraguai, em 1856, possibilitando o contato do antigo Mato Grosso com o exterior via estuário do rio da Prata (MORENO, 2008).

A porção Sul do antigo Mato Grosso tornou-se monopólio na extração e comercialização da erva-mate, após a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), após concessão, em 1882, a Thomaz Laranjeira, de explorar os ervais. Surgiu a Empresa Matte Larangeira, posteriormente renomeada de Companhia Matte Laranjeira, exportando via rio Paraguai, principalmente para a Argentina. A empresa influenciou a política matogrossense, sobretudo pelo seu poder econômico. Segundo Fabrini (2008), em 1922 a empresa possuía receita bruta cinco vezes maior que a arrecadação do Estado. Este poder político/econômico, segundo Moreno (1994), possibilitava a constante renovação do contrato de arrendamento.

> Renovado sucessivamente o contrato de arrendamento, essa empresa de caráter binacional - Mato Grosso/Argentina – monopolizou a exploração da erva-mate no sul do estado, numa área

> de três milhões de hectares, por mais de 50 anos. Enormes áreas de floresta foram destruídas abrindo caminho para as árvores de mate, exploradas pela Companhia. (MORENO, 1994, p.151).

Ao controlar as terras ervateiras, a Companhia procurou implantar a política de "espaços vazios", contanto com polícia própria, dizimando a população indígena presente na área e impedindo a ocupação das terras por pequenos proprietários ou posseiros (GUILLEN, 1999) e (MORENO, 1994).

> […] A manutenção de uma política de "espaços vazios" tornou-se uma estratégia vital para a Companhia, facilitando o controle e a vigilância sobre os ervais e as formas de trabalho, baseadas na escravidão por dívida. Como dispositivo disciplinar, possuía a Companhia uma polícia própria, os comitiveiros, que se encarregavam de expulsar quem se instalasse em seus domínios, bem como recapturavam trabalhadores fugidos dos ervais. (GUILLEN,1999, p.150/151).

Implantada em território indígena, a companhia quando não os expulsava, utilizava-os como mão de obra nos ervais.

> As concessões feitas a Cia. Matte Larangeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá e Guarani. Embora a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o engajamento de índios Kaiowá e Guarani. (BRAND, FERREIRA E AZAMBUJA, 2008, p.31).

Os povos indígenas da região Sul do espaço matogrossense foram expulsos de seus territórios (tekoha) e sofreram com a exploração violenta de sua mão de obra. A implantação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910 agravou a situação dos indígenas no Sul do espaço mato-grossense como afirmam (SIQUEIRA, SOUZA, 2005, p.7).

> Na realidade, a intenção desse órgão oficial, SPI, com a demarcação dessas porções de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani era aldeá-los e assim liberar terras para o "progresso" de alguns brasileiros, levando estas populações a um processo conhecido na literatura como confinamento.

A violência do coronelismo[5], comum por todo o Brasil, exerceu forte influência local na política, tanto no Norte como no Sul de Mato Grosso.

> O domínio da política estadual pelas oligarquias mato-grossenses residia na sua relação com o poder privado exercido pelos coronéis. Estas exerciam influência paternalista ou coercitiva sobre as camadas mais pobres da população, que retribuíam com fidelidade e temor. (MORENO, 2008, p.45).

As oligarquias sulistas e nortistas disputaram o controle político do Estado por meio do “voto de cabresto” e “revoluções” sucessivas. As “revoluções” consistiram em lutas extras e intrapartidárias representadas pelo Partido Republicado (oligarquias do norte), Partido Autonomista (oligarquias do Sul) e Partido Republicano Popular (aliança entre oligarquias do Norte e Sul), alternando-se no poder em série de golpes de Estado e massacres (MORENO, 1994).

Para as oligarquias, ter o controle do Estado significava também ter controle do processo de regularização e compra das terras devolutas, em outras palavras, legislar em favor próprio em relação às questões de terras. Desta maneira, a apropriação capitalista da terra efetivou-se pela política fundiária empregada por diferentes governos no espaço matogrossense, por meio de leis promulgadas entre 1893 e 1950, possibilitando a concentração fundiária nas mãos das elites nortistas e sulistas.

A primeira lei de terras de Mato Grosso foi elaborada em 1854 (Lei n° 20) “dispunha sobre os processos de revalidação das sesmarias, legitimação das posses e venda das terras devolutas, definindo-as, inclusive” (MORENO,1994, p.101).

A Lei de Terras;

> [...] estadual deu o direito de preferência para compra de terras consideradas devolutas aos ocupantes de posses, *cujos títulos não eram passíveis de legitimação ou revalidação*__[...] excluiu a possibilidade de permanência na terra pelos pequenos posseiros, sem condições de efetuar a sua compra ou de enfrentar a burocracia para a sua legitimação, e proibiu a partir da publicação da lei, novas posses ficavam sujeitas a despejo com perda das benfeitorias realizadas (MORENO, 1994, p.104, grifo nosso).

[5] Sobre o assunto ver Martins (1981); Leal (2012).

A lei beneficiou proprietários de grandes domínios, não ajustados à Lei de Terras de 1850 e ao seu regulamento de 1854, que incorporaram novas terras. As posses eram proibidas, contudo, grandes quantidades de terras foram regularizadas pelo Estado. A política fundiária, naquele período, reduziu-se à legitimação dos títulos de domínio, cujas terras estavam em mãos de particulares, mas ofereciam boa receita com o pagamento de taxas e emolumentos para o seu reconhecimento e extração do título definitivo (MORENO, 1994).

Todas as normas existentes sobre a regularização fundiária (medição e demarcação) se consolidaram em novo código de terras, elaborado em 1927. No entanto, uma “brecha” no código permitia a emissão do título provisório de compra antes mesmo da medição da área grilada, a fraude ocorria, portanto, no tamanho da área e em seu preço pago. Somente doze anos após (1939) a promulgação do código de terras, essa “falha” foi corrigida, limitando em 50% o excesso da área medida (MORENO, 1994).

Assim, a estrutura fundiária de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul resultou da política fundiária aplicada no espaço matogrossense, que, com a ascensão política da elite pecuarista do Sul do Estado, no final da década de 1970, ocasionou sua divisão, como afirmou Almeida; Kudlavicz e Silva (2012, p.05):

> Esse processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso, centrado na grande propriedade e na atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dirigiu o processo de divisão do estado de Mato Grosso e a fundação, em 1977, do estado de Mato Grosso do Sul. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo militar de Geisel, foi um projeto político da classe dos proprietários de terras.

Para Fabrini (2008), o Estado não foi apenas planejador, mas indutor da formação das grandes propriedades a partir da concessão e venda de terras devolutas às empresas colonizadoras e grandes capitalistas.

> […] a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada. (FABRINI, 2008, p.54).

A partir do governo de Getúlio Vargas em 1930, o Estado passa a atuar no espaço matogrossense por meio de projetos e programas, objetivando “integrar” as regiões Norte e Centro-Oeste na economia nacional e amenizar tensões sociais nas áreas de maior densidade demográfica do país. Nesse contexto, a "Marcha para o Oeste" foi lançada em 1938, resultando na criação da Fundação Brasil Central e das Colônias Nacionais Agrícolas de Goiás, localizada em Ceres (GO) e Dourados (MT) no Sul do antigo Mato Grosso em 1948 (ABREU,2001).

Novamente, os povos indígenas foram afetados pela política fundiária com a invasão de seus territórios e conflitos com camponeses.

> […] não se tem conta que essa Colônia estava sendo implantada em pleno território indígena, atingindo em cheio diversas aldeias Kaiowa. Confrotavam-se os índios, agora com colonos em busca de propriedades. Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato e total. (BRAND, FERREIRA E AZAMBUJA, 2008, p.33).

Assim, a implantação da colônia de Dourados marcou o inicio de uma longa e difícil luta indígena pela manutenção e retomada de seus territórios abrangidos pela CAND (BRAND, FERREIRA E AZAMBUJA, 2008).

Criada na marcha para o Oeste, a Fundação Brasil Central tinha por objetivo auxiliar o processo de integração rodoviária com o Sul do país, substituída em 1967 pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) (ABREU, 2001). A SUDECO participou do planejamento de políticas públicas no espaço matogrossense, que contribuíram para a expansão do capital na fronteira, segundo Abreu (2001, p.20),

> Podemos citar as políticas de colonização e ocupação da Amazônia mato-grossense; a implantação e pavimentação da BR-364; a divisão de Mato Grosso; a modernização da agricultura e ocupação dos Cerrados pela monocultura da soja; a implantação de distritos industriais nos municípios de Corumbá, Cuiabá, Campo Grande, Dourados; ou ainda a proposta da Ferronorte e da hidrovia Araguaia-Tocantins etc. Todas são ações realizadas (ou em realização) em diferentes momentos e cujos estudos foram realizados dentro da SUDECO.

Estas ações, ente outras dirigidas pela SUDECO, contribuíram para a reorganização econômica de Mato Grosso, principalmente pela infraestrutura criada. A construção das BR´S 364 e 163 viabilizou o fluxo de mercadorias e pessoas no Estado. Desta maneira, ao longo da BR-163, grandes grupos econômicos ligados à produção agrícola se instalaram e, consequentemente, houve crescimento demográfico e surgimento de municípios provenientes de projetos de colonização (MARGARITI, 2012).

O avanço da fronteira agrícola tomou contornos da BR-163, apresentando características de agricultura "moderna", resultado de políticas públicas administradas pela SUDECO, sobretudo, voltadas para a implementação de novos polos de desenvolvimento, como o POLOCENTRO. Este teve por objetivo a expansão da cultura de grãos (soja e arroz, principalmente) no Cerrado do Brasil central (OLIVEIRA, 2003).

> Estas ações estimuladas pelo Estado, somadas a própria lógica de concentração do capital a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo brasileiro uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura especificamente capitalista e da agricultura camponesa. (OLIVEIRA, 2002, p.94).

A expansão capitalista no campo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fez surgir um "novo" modelo de agricultura com características de moderno, coexistindo com o "velho" latifúndio. No entanto, ambos os modelos apresentam intensas contradições em seu desenvolvimento unindo o velho e o novo.

1.2 Do “velho” latifúndio ao “novo” agronegócio, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

A partir da década de 1970, com o processo de globalização, principalmente do capital, parte da agricultura brasileira sofreu intensas transformações tanto no processo produtivo quanto em sua racionalidade. O processo produtivo alterou-se pelo uso de novas técnicas e tecnologias na agricultura, aliados ao discurso de produtividade e de modernidade derivados da chamada Revolução Verde. Pereira (2012, p.687) afirma;

> […] a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização,

> grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura.

O combate ao problema da fome e miséria no mundo, intensificada no final da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), foi o principal argumento sustentador da Revolução Verde. Idealizada no uso da tecnologia para aumentar a produtividade e, consequentemente, eliminar a fome mundial, esta chamada "revolução", além de não resolver os problemas da fome, também não colocou em discussão os problemas sociais causados pelo modelo socioeconômico;

> Pouco a pouco, a idéia de que a fome e a miséria são um problema social, político e cultural vai sendo deslocada para o campo técnico-científico, como se este estivesse à margem das relações sociais e de poder que se constituem, inclusive, por meio das técnicas. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.213).

A base técnica não foi à única mudança na agricultura, intensificou-se, ou melhor, imprimiu-se uma lógica e racionalidade no campo, impondo ao homem o tempo do relógio, da máquina, por meio de novas técnicas. A Revolução Verde originou um novo modelo de agricultura capitalista, o agronegócio. O novo, na realidade, representa a velha estrutura baseada no latifúndio monocultor de produção e exportação de commodities, aliada à nova base técnica, ao capital financeiro sustentado na mediação do Estado (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Oliveira (2001, p.186);

> […] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade.

O interesse capitalista em adquirir grandes extensões de terras é uma contradição no sistema hegemônico, afinal, na compra de terra se imobiliza o capital, dessa maneira o monopólio de terra se revela um empecilho ao desenvolvimento do

capital. Entretanto, no Brasil, o capitalismo é rentista (OLIVEIRA, 1991), para este, a apropriação da terra não representa empecilho à acumulação do capital, antes o contrário porque ao apropriar-se da terra, via incentivos fiscais, o capital adquire o direito de extrair renda e lucro da sociedade.

> Assim a propriedade fundiária não pode ser entendida como um entrave à expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas como contradição fundamental do modo capitalista de produção; é o tributo que o capital tem que pagar, sem o qual não poderá se expandir na agricultura e dominar o trabalho no campo. (OLIVERA, 2010, p.7).

"Pagando" o tributo ao proprietário da terra, o capitalista cobra da sociedade a renda da terra. A terra, por se tratar de reserva de valor da qual se extrai a renda, faz com que capitalistas se tornem proprietários de terras podendo extrair junto lucro e renda. Assim, a aliança terra-capital é importante na compreensão da coexistência do latifúndio e agronegócio.

> No Brasil, esta aliança fez com que, ao invés de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra. (OLIVEIRA, 2001, p.186).

A aliança do atraso (MARTINS,1994) intensificou no Brasil a concentração da propriedade no campo, em MT e MS não é diferente. Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, na tabela 1, demonstram a concentração fundiária em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul entre os anos de 1985 e 2006.

Em Mato Grosso, o conjunto dos estabelecimentos de até 100 hectares pouco alterou sua área ocupada, ao contrário dos estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares, como podemos verificar na tabela 1. Na mesma tabela, observamos que, em 2006, 92,2% dos estabelecimentos de Mato Grosso, de até 1.000 ha, possuíam 22,07% da área ocupada, enquanto que em 1995 eram 70.738 estabelecimentos de até 1.000 ha detendo 17,8% da área total do estado. Em 1995, acima de 1.000 ha, 10,17% dos estabelecimentos detinham 82,2% da área e, em 2006, 7,8% dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha ocupavam 77,93% da área do estado.

Tabela 1 - Mato Grosso: número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - série histórica

ANO	1985		1995		2006	
Variável	Estab. %	Área %	Estab. %	Área %	Estab. %	Área %
Menos de 10 ha	32,99	0,3	12,44	0,09	13,27	0,12
10 a menos de 100 ha	37,69	2,91	47,07	3,19	54,68	5,3
100 a 1000 ha	22,18	13,3	30,3	14,52	23,42	16,64
1000 ha e mais	7,14	83,49	10,17	82,2	7,74	77,93

Fonte: IBGE/SIDRA. Organizado pelo autor.

A concentração fundiária em Mato Grosso do Sul (tabela 2) continua praticamente inalterada. Em 1995, 85,98% dos estabelecimentos com até 1000 há, possuíam 21,56% da área; em 2006, 89,68% dos estabelecimentos detinham 22,89 da área total. Em 1995, 13,97% dos estabelecimentos de 1000 ha ou mais, possuíam 78,45% da área total, enquanto que em 2006, 10,31% estabelecimentos de 1000 ha ou mais, possuíam 77,11% da área total.

Tabela 2 - Mato Grosso do Sul: número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - série histórica

ANO	1985		1995		2006	
Variável	Estab. %	Área %	Estab. %	Área %	Estab. %	Área %
Menos de 10 ha	27,3	0,21	18,55	0,13	20,66	0,21
10 a menos de 100 ha	34,32	2,16	35,92	2,06	45,14	2,89
100 a menos de 1000 ha	26,86	17,38	31,21	19,37	23,48	19,79
1000 ha e mais	11,38	80,26	13,97	78,45	10,27	77,11

Fonte: IBGE/SIDRA. Organizado pelo autor.

Com metodologia diferente de estabelecimentos[6] rurais do IBGE, os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre imóveis rurais confirmam a concentração fundiária. O INCRA utiliza o conceito de imóvel rural estabelecido pelo Estatuto da Terra (art. 4º, I);

[6] O conceito de estabelecimento agropecuário, conforme recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO), é o que corresponde à unidade econômica de produção agropecuária sob administração única, incluídos os produtores sem-área, produtores que exploram áreas próximas distintas como sendo um único estabelecimento (mesma maquinaria, mesmo pessoal e mesma administração), produtores que exploram terras de imóveis rurais na forma de arrendamento, parceria, ou aquelas simplesmente ocupadas (IBGE, 2006, p.100/101).

> Para os efeitos desta Lei, definem-se: I - Imóvel Rural, o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.

Com base nos dados do INCRA de imóveis rurais, o índice de Gini[7] da estrutura fundiária, demonstra extrema concentração de terras nestes estados, como se observa no mapa 2. No mapa, é possível perceber que a maioria dos municípios em Mato Grosso apresenta alto índice de GINI, ou seja, possuem estrutura fundiária concentrada. Destes municípios, destacam-se Novo Mundo, Matupá e Peixoto Azevedo ao Norte. Ao Sul de Mato Grosso, Cuiabá, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger possuem os maiores índices.

O mapa apresenta ainda os municípios com maior concentração fundiária em Mato Grosso do Sul: Miranda, Itaquiraí, Paranhos e Bela Vista no Centro-Sul. Na região central do Estado, Campo Grande e Aquidauana. Comparando os dados dos censos agropecuários (tabelas 1 e 2) e os do INCRA/GINI (mapa 2), confirmam que nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul as terras estão concentradas nas mãos de poucos proprietários.

---

[7] No índice de Gini (“R”), no intervalo de 0 a 1, quanto maior for a concentração, mais próximo o índice estará de 1(um), valor de concentração absoluta. (INCRA, 2001). Desta forma, os números de GINI são representados nos mapas por escalas de cores, sendo 1 a cor mais escura e 0 a mais clara.

Mapa 2 - MT e MS: Índice de GINI por município 2012

Assim, os dados do IBGE e INCRA revelam que o surgimento do "novo" agronegócio, não exclui o "velho" latifúndio, pelo contrário, estes dois modelos de reprodução capitalista coexistem, unidos pela manutenção das características inerentes a acumulação de capital no campo, como revelam Fabrini, Roos (2014):

> Afora as intervenções políticas feitas por meio de ações estatais para garantir a existência dos agronegócios, eles praticam, assim como os latifundiários, um conjunto de relações de trabalho típicas da "acumulação primitiva" de capital, não reguladas pelo mercado, como a superexploração do trabalho, violências, peonagem e trabalhos análogos à escravidão. A acumulação capitalista a partir de renda fundiária também é outra dimensão que unifica latifúndio e agronegócio. (p.22).

O agronegócio em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul além de contar com grandes extensões de terras, constituídas por meio da política fundiária e grandes investimentos do mercado nacional e internacional, conta com recursos naturais (relevo e água) para sua expansão;

> O cerrado brasileiro, com sua enorme diversidade biológica e cultural, tem se transformado numa área de expansão desses grandes *latifúndios produtivos*, pelas enormes vantagens que oferece, seja pela riqueza hídrica que abriga, seja pela topografia plana de suas chapadas e de seus chapadões. Avalia-se que 70% da área das chapadas já esteja ocupada por esse tipo de empresa, seja com cultivo de grãos, algodão ou de monoculturas de plantação de madeira (eucaliptos e pinus). (PORTO - GONÇALVES, 2006, p.250).

Essa conjunção de condições favoráveis possibilitou a monopolização e territorialização do capital no campo a partir das décadas de 1970/80 em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, especialmente ao longo da BR-163[8], onde o agronegócio da soja encontrou as melhores condições para sua expansão. Oliveira (2010, p.8) afirma que;

> [...] a expansão do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando a terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção do tipo camponês.

---

[8]Sobre o assunto indicamos a leitura de: MARGARIT, Eduardo. **Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia**: a dinâmica do processo de pavimentação da BR-163. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS. Três Lagoas. 2012.

No processo de monopolização, o capital cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, sujeitando a renda da terra produzida pelos camponeses à lógica capitalista (OLIVEIRA, 2004).

Por sua vez, a monopolização do capital no campo permite, mesmo de forma precária, a reprodução do campesinato, ou seja, o capital para se desenvolver no campo necessita de relações não capitalistas, via desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 2010).

Outro caminho encontrado pelo capital para se apropriar da renda da terra, mais perverso para os camponeses, é a territorialização. Por meio dela, o capital apropria-se da terra impedindo a recriação camponesa.

> [...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comercio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.106).

Estes dois modelos de reprodução do capital no campo estão presentes em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, representados pelo Agronegócio, apresentado pela mídia, atualmente, como “carro chefe” do crescimento econômico dos dois estados. As novas tecnologias implantadas na agricultura (insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação e mecanização), aliadas a investimentos públicos e privados, proporcionaram recordes anuais na produção e exportação.

> Portanto, a necessidade de acumulação, que leva a uma franca expansão geográfica do capital na produção de soja no cerrado, exige contínuos investimentos para criar o ambiente adequado para a produção, não só nos objetos técnicos, mas também na infra-estrutura, construindo campos, fábricas, oficinas, armazéns, portos, estradas, energia etc., que são as formas geograficamente imobilizadas de capital fixo. (BERNARDES,1996, p.339).

A inserção do capital internacional, principalmente dos fundos de pensão, caracteriza o agronegócio, que necessita de subsídios financeiros para se

estruturar e competir no mercado mundial. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem papel fundamental na estruturação do agronegócio, desenvolvendo pesquisas relacionadas ao aumento produtivo e sustentabilidade na denominada agricultura de precisão.

Desta maneira, com altos investimentos para inovação tecnológica e de pesquisa, a agricultura de precisão se estabelece no campo brasileiro, aumentando a produtividade e reduzindo "erros" antrópicos e naturais com a utilização de técnicas e tecnologia (INAMASU, BERNARDI, 2014).

> A agricultura de precisão é um conjunto de tecnologias destinadas ao manejo de solos, culturas e insumos, que visa um melhor e mais detalhado gerenciamento do sistema de produção agrícola em todas as etapas, desde a semeadura até a colheita. Por isso, a AP tem como foco a gestão de sistema produtivo agrícola considerando a variabilidade espacial e temporal visando minimizar efeito negativo ao meio ambiente e maximizar retorno econômico. (INAMASU et al, 2011, p.32).

Este modelo de agricultura, altamente tecnificada, destaca-se com a utilização de maquinários guiados por Global Positioning System (GPS), imagens de satélite obtidas pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG) e veículos aéreos não tripulados (VANT). Toda essa estrutura visa recordes de produção do agronegócio, todavia é preciso não esquecer que este é apenas um capítulo da história do agronegócio brasileiro, uma vez que a propalada produtividade depende fundamentalmente das condições de mercado e, mais, de financiamento público.

Neste contexto, em Mato Grosso concentra-se a maior produção de soja do país, totalizando 23,5 milhões de toneladas, em 2013 (EMBRAPA, 2014). Em Mato Grosso do Sul há volumes menores, comparados ao MT, mas expressivos. A série histórica (2000-2012) da produção de soja nos referidos estados apresentada no Gráfico 1.

Como pode ser observado no gráfico 1, em Mato Grosso houve aumento crescente entre os anos de 2000 (8,8 milhões de toneladas) e 2012 (21,6 milhões de toneladas), ou seja, mais que dobrou no período. Em Mato Grosso do Sul os números revelam o aumento da produção de 2,5 milhões toneladas, em 2000, para 4,6 milhões de toneladas, em 2012.

Gráfico 1 – MT e MS: Produção de Soja (2000-2012)

Fonte: EMBRAPA, 2014. Organizado pelo autor.

A soja representa a principal *commodity* cultivada nos estados pesquisados, destacando-se treze municípios matogrossenses em 2010. Segundo o IBGE[9], compõem o *ranking* dos vinte municípios maiores produtores de soja do país, cuja liderança é de Sorriso (MT). O mapa 3 apresenta o território da soja no Brasil, no qual, pode-se observar a concentração da produção de soja nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - e sua expansão na Amazônia Legal.

[9]Informação disponível no relatório de Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_Publicacao_completa.pdf > Acesso em: 20 jan. 2015.

Mapa 3 – Brasil: territorialização da produção de soja

Fonte: Girardi, (2008, p.84).

Outra cultura com presença significativa nos estados é a cana-de-açúcar, principalmente em Mato Grosso do Sul, com expansão expressiva da área cultivada (gráfico 2). Este estado teve aumento considerável a partir de 2003, saltando dos 105,361 hectares cultivados para 656,683 hectares, em 2012. Aumento de mais de 600%. A área colhida em Mato Grosso também aumentou, de 157,593 hectares em 2003, para 287,947 hectares, em 2012.

Gráfico 2 – MS e MT: Área cultivada de cana-de-açúcar por estado – hectare

Fonte: INPE/CANASAT, 2014. Organizado pelo autor.

Além destas culturas, a pecuária é marcante nos estados. Mato Grosso do Sul, além da produção de soja e de cana-de-açúcar, se sobressai no monocultivo de eucalipto como matéria prima para a produção de celulose, principalmente nos municípios de Três Lagoas, Selvíria e Brasilândia.

O complexo de celulose e papel na região de Três Lagoas é composto por extensas plantações de eucalipto, processados por duas indústrias: FIBRIA e Eldorado Brasil (maior fábrica de celulose do mundo). A territorialização[10] deste complexo implicou em impactos sociais e ambientais;

[10]Sobre o assunto ver: KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Três Lagoas. 2010. 177p.

> […] a vinda de indústrias para Três Lagoas e, de modo particular, as indústrias de celulose e papel tem alterado profundamente o uso e ocupação do solo gerando uma série de impactos tanto na área rural como urbana. As terras do município que já produziram arroz, feijão, milho, café, deixaram de produzir comida para agora ter seu uso prioritário definido pelos interesses das indústrias de papel e celulose. (KUDLAVICZ, 2010, p.166).

Mas, como a lógica do sistema é o desenvolvimento desigual e combinado do capital, o campo apresenta intensas contradições. Ao passo que o capital se desenvolve, com inovação tecnológica e altos índices de produção, velhas práticas são reproduzidas. O símbolo maior da barbárie presente no campo de MT e MS está no número de trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, como demonstram os números do gráfico 3.

Na série histórica (2000 a 2012), realizado pela CPT, foram encontrados 7.771 trabalhadores em situação análoga à escravidão em Mato Grosso, e 3.521 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, em Mato Grosso do Sul.

Gráfico 3 – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Número de trabalhadores em situação de escravidão (2000 a 2012)

Fonte: CPT. Organizado pelo autor.

Os índices de trabalhadores encontrados nessa situação, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, demonstram a contradição do desenvolvimento do capital no

campo. Submetidos a péssimas condições de trabalho e, até mesmo, em situação análoga à escravidão, muitos trabalhadores, migrantes de outras regiões do país, chegam a MT e MS à procura de emprego e movidos, principalmente, pelo discurso desenvolvimentista.

Estes trabalhadores migrantes compõem um grupo de trabalhadores excluídos, alguns vivem como camponeses em relação precária com a terra, que migram na esperança da conquista de um pedaço de chão, e acabam escravizados nas fazendas do agronegócio.

Ressaltamos, também, a existência da questão indígena[11] nestes estados, pois diversas etnias resistem e travam lutas desiguais pela retomada de seus territórios, expropriados pela política fundiária do Estado em favor da apropriação das terras pela iniciativa privada, como é o caso dos Guarani Kaiowa da região Sul de Mato Grosso do Sul (MOTA, 2011).

O campesinato é o elemento fundamental na discussão das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital no campo. Por não assentar-se em relações tipicamente (ou predominante) capitalistas, desenvolvem seu modo de vida centrado na reprodução do grupo familiar, logo sua condição social os coloca em conflitualidade com o capital. Nessa perspectiva, Almeida (2003) afirma que a

> [...] situação conflitiva vivenciada pelos camponeses na busca do retorno a terra é uma luta pela (re) criação de sua condição de classe *sui generis*, uma classe cuja natureza econômica e social encontra-se alicerçada na contradição: é formada por sujeitos que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra (e dos meios de produção) e trabalhadores; porém, um trabalhador diferente do operário porque não se defronta cotidianamente com a exploração de seu trabalho e com os mecanismos de ocultamento/alienação próprios desta condição. (ALMEIDA, 2003, p.351).

Assim, parte da contradição do desenvolvimento do capital no campo se reflete no enfrentamento dos excluídos contra o “agronegócio latifundiário”. Estas ações de enfrentamento dos movimentos sociais do campo são diariamente registradas e sistematizadas pelo DATALUTA, e servem como importante fonte de informação da resistência camponesa, e povos tradicionais, tanto para pesquisadores quanto para os camponeses. Os registros contidos no Banco de

[11]Destacamos os estudos sobre o assunto realizados pelos programas de pós-graduação em História, Geografia e Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

dados do DATALAUTA que nossa pesquisa sobre a resistência camponesa via manifestações e ocupações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

1.3 Da colonização às cidades do agronegócio

A formação da grande propriedade por meio de leis e decretos, e, o "novo" modelo de agricultura capitalista (Agronegócio) impulsionado pela Revolução Verde, promoveram o surgimento de núcleos urbanos especializados neste modelo produtivo, aqui chamados de Cidades do Agronegócio[12], termo utilizado por Elias (2007). Para Elias "[...] a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções." (ELIAS, PEQUENO, 2007, p.30).

Nesse sentido, alguns municípios destacam-se pela forte presença do agronegócio, principalmente em seu núcleo urbano, como é o caso da cidade de Sapezal (MT), presente entre as maiores produtoras de soja do país (IBGE, 2010), e Chapadão do Sul (MS), símbolo sulmatogrossense do agronegócio. A origem destes núcleos urbanos, posteriormente tornados municípios, está nos projetos de colonização privados realizados entre 1950 e 1970, como pretexto para a transferência de grandes extensões de terra para empresários.

Destacamos, também, a colonização dirigida pelo Estado, iniciada, em 1938, durante o governo Vargas, via "Marcha para o Oeste", com o objetivo de amenizar os problemas sociais no Sul e Sudeste: "Ao mesmo tempo, contribuía para preservar a antiga estrutura agrária nacional e esvaziar a discussão em torno da Reforma Agrária, ao conduzir os trabalhadores rurais sem-terra e/ou expropriados para as terras de ninguém." (ABREU, 2001, p.62).

No entanto, não eram "terras de ninguém" como afirmou Abreu (2001), a colonização oficial avançou principalmente sobre terras indígenas expropriando-os.

> Ao basear-se nessas preocupações, a política de colonização oficial orientou-se principalmente no sentido de criar condições para a instalação de famílias de trabalhadores rurais em áreas de terras indígenas e devolutas. Mas sempre com o objetivo de reduzir as "tensões sociais" nas áreas de "superpopulação" e, ao mesmo tempo, criar condições para o desenvolvimento capitalista em "terras

[12] Não objetivamos discutir aqui o conceito de Cidades do Agronegócio, mas sim, a dinâmica e as contradições presentes nas cidades estudadas.

> virgens", com a formação de mercados, criação de novas atividades econômicas etc. (IANNI, 1979, p. 59).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), Taquari-Mirim e Ministro João Alberto (Nova Xavantina) foram criadas em 1948, a partir da lógica expansionista do Estado. Todavia, "nessa região, o governo assentou os colonos na terra, esperando que a tornassem produtiva, ainda que sem estrutura para tal. No entanto, transformá-la em terra fértil e permanecer na área sem as condições mínimas necessárias constituía o grande desafio"(PICOLI, 2006, p 59).

A Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND) atraiu camponeses[13] sem-terra de todo o país, assim como capitalistas interessados na revenda dos lotes. Foram destinados 300.000 hectares para a implantação da Colônia, distribuídos em lotes de 50 hectares, mas, segundo Naglis (2007), a CAND possuía uma área excedente ao tamanho oficial, pelo qual, trabalhadores sem-terra disputaram sua posse.

A colonização privada iniciou-se a partir de 1947, voltando-se para o Norte do espaço matogrossense. O governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, favorável à aquisição de grandes extensões de terras por particulares para promover a colonização, levantava a necessidade de reformulação na legislação vigente sobre terras (MORENO, 1994). Criou-se, assim, em 1947, um conjunto de leis[14] extremamente liberal, regulando o arrendamento, as medições e demarcações de terras devolutas e a aquisição gratuita de terras ocupadas, até serem consolidadas no Código de Terras de 1949 (MORENO, 2008). Convém frisar que essa legislação permitiu a regularização de posses após a Lei de Terras de 1850 e Lei Estadual de 1927, regularizando grandes ocupações irregulares há quase cem anos!

Este conjunto de leis criadas em 1947, possibilitou, também, a transferência de terras para particulares;

> Embora tais contratos repassassem áreas de até um milhão de hectares, sob a única condição de os colonizadores assentarem gratuitamente em 50 lotes de até 50 hectares pelo menos 500

[13] Sobre o campesinato na CAND indicamos a leitura de: MOTTA, Regina Célia C. de S. As **linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados - MS**. 2013. 244p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados.

[14] "Lei n. 18, de 21 de outubro de 1947, a Lei n. 68, de 11 de dezembro de 1947, e a Lei n. 75, de 12 de dezembro" (MORENO, 1994, p.184).

> famílias de imigrantes, o que significava destinar apenas 2.500 hectares do total recebido, o empreendimento particular revelou ser mais uma negociata. (MORENO, 1994, p.139).

Havia o agravante de capitalistas se passarem por colonizadores para lucrarem na compra e venda das terras destinadas à colonização o que, já em 1925, tornava a situação insustentável, pois: "[...] muitos concessionários se tornaram inadimplentes, não cumpriram as cláusulas contratuais e incorporaram as terras concedidas ao patrimônio particular, para, depois, negociar ou explorar em benefício próprio" (MORENO, 1994, p.139).

> A maioria dos projetos privados de colonização se localizam no Mato Grosso, principalmente na área da rodovia Cuiabá-Santarém. As áreas da Idesco e da Sinop constituem mini-Estados sob domínio dos colonizadores, que se assemelham a barões feudais, fiéis, contudo, ao governo federal. (BECKER, 1994, p.37).

A expansão da fronteira agrícola capitalista, impulsionada na década de 1970, incentivada pelo Estado, impulsionou a venda de terras, acelerando a criação de centros urbanos e possibilitando a comercialização de terras na área rural. Empresas como a Colonizadora da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná/SA (SINOP), a Colonizadora Agropecuária Mutum, entre outras, deram seus nomes aos novos municípios. As cidades serviram de ponto de apoio à comercialização de terras efetuada pelas companhias imobiliárias.

> Os projetos de colonização promovidos por empresas particulares foram em número superior a 50, sendo que, nestes, se fixaram a maior parte dos migrantes, que ganharam vastas áreas de terras, e em poucos anos foram criados vários novos municípios em cada projeto. (PICOLI, 2006, p.57).

Algumas áreas adquiridas por empresas colonizadoras promoveram o loteamento das áreas rurais e fundaram cidades. Muitas dessas cidades tornaram-se prósperas nos últimos anos, principalmente as atreladas ao processo de modernização do campo e às culturas de exportação, como a soja, inclusive recebendo a alcunha de "cidades do agronegócio". Todavia, as contradições presentes nessas cidades revelam o lado perverso desse modelo produtivo. Logo, existe relação intrínseca entre a colonização e formação de núcleos urbanos especializados na agricultura capitalista em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, seja

pelas condições do processo de colonização em detrimento dos povos tradicionais ou, então, pela legislação fundiária que legalmente sustenta a concentração de terras e a disseminação dos princípios da modernização do campo.

Em seu estudo, Silva (2007) dissertou sobre o conjunto de municípios que possuem traços comuns, criados para atender às necessidades do agronegócio em Mato Grosso. A esse conjunto, denominou de *família de municípios*[15], formados para serem *lócus* de atuação do agronegócio:

Para Silva:

> [...] existiria uma família de municípios do agronegócio no Mato Grosso (no front, de modo geral), que diz respeito a um conjunto de municípios novos ou antigos com infraestruturas novas, ambos originados como resposta às solicitações do mercado para uma produção agrícola moderna, sendo esta determinante na dinâmica econômica desses municípios (2007, p.17-18).

Estas cidades são parte importante do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, por possuírem dinâmicas voltadas para o agronegócio. As cidades surgidas ou especializadas no agronegócio, chamadas "Cidades do Agronegócio", apresentam infraestrutura necessária para esse modelo produtivo. A "cidade tornou-se o lócus principal da produção, pois é nela que se concentram os principais serviços, produtos e agentes (trabalhadores agrícolas, produtores, consultores, empresas, bancos) necessários à produção" (FREDERICO, 2011, p.7).

> A cidade é, particularmente, o melhor lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração e densidade viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho. (BELTRÃO SPÓSITO, 2004, p.64).

Apresentando estas características, as cidades de Sapezal (MT) e Chapadão do Sul (MS), são exemplos de cidades especializadas na agricultura capitalista. Idealizada por André Maggi, a cidade de Sapezal (MT) (mapa 4), por exemplo, foi

---

[15] SILVA, S. C. **A família de municípios do agronegócio:** expressão da especialização produtiva no front agrícola. Dissertação(Mestrado em Geografia) UNICAMP – Campinas-SP, 2007.

projetada e construída para dar suporte ao agronegócio e à especulação imobiliária; enquanto Chapadão do Sul (MS), antes constituída por vasta área voltada para a prática agropecuária no município de Cassilândia (MS), posteriormente, com a compra de uma grande extensão de terra por Júlio Alves Martins, emancipou-se em 1987 para pleitear maiores investimentos do Estado.

Para Martins[16] (1996, p.44);

> Chapadão do Sul emerge como uma cidade "sem infância", uma cidade que nasceu adulta porque privada de espontaneidade, pois provida, em essência de uma racionalidade sem nenhum compromisso que não seja o da valorização das coisas pela desumanização do homem.

Estes municípios localizam-se em diferentes regiões. Sapezal (MT) está localizado ao Norte de Mato Grosso, na Microrregião Geográfica de Parecis[17], microrregião que leva o nome de sua chapada, relevo propício para agricultura. Chapadão do Sul, como o próprio nome revela, localiza-se em região de chapada, no Nordeste de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na Microrregião Geográfica de Cassilândia[18].

---

[16] MARTINS, Sérgio. A cidade “sem infância:” a produção do espaço no mundo da mercadoria. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, 1996, 23-47 p.

[17] De acordo com o IBGE, esta microrregião é composta pelos municípios de: Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Diamantino, Comodoro, Diamantino e Sapezal.

[18] De acordo com o IBGE, a Microrregião de Cassilândia: Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica e Paraíso das Águas.

Mapa 4 - MT e MS: Municípios de Sapezal e Chapadão do Sul - localização

As duas cidades emergiram do loteamento de áreas rurais. Em Chapadão do Sul (MS) o loteamento da futura cidade contou com intensas mediações políticas para instalação de prédios públicos, igrejas e associações.

> […] foram doados terrenos para cada necessidade que ia surgindo como: escolas (estadual, Municipais, particular e creches), para os dois hospitais e Posto de Saúde, Correio, para diversas igrejas, delegacia de polícia, biblioteca, câmara municipal, destacamento militar, prefeitura, Clube Paineira, CTG (Centro de Tradição Gaúcha) e fórum. (ROCHA, 2005, p.80).

Em Sapezal (MT), foram doados lotes por André Maggi a todos aqueles que, de alguma forma, contribuiriam ao funcionamento da cidade, do ponto de vista do crescimento econômico. Tal fato constitui certa homogeneidade no alto padrão de muitas moradias e, por outro lado, um grande número de trabalhadores não especializados à procura de emprego migrou (e migra) para o município. Esse contingente fica refém da especulação imobiliária, por isso se instalam em bairros periféricos com infraestrutura precária.

> […] a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. (SANTOS, 1996, p.10/11).

Com população de 18.094, no Censo Demográfico de 2010, Sapezal recebeu, até 2010, 17.971 migrantes, sendo que, desses, os fluxos advêm da região Centro-Oeste (11.025), Sul (3.205), Nordeste (2.023), Norte (935) e Sudeste (783). Chapadão do Sul possuía, em 2010, segundo o IBGE, 19.648 habitantes, destes, 10.137 são migrantes da região Centro-Oeste, 4.282 do Sul, 2.903 do Sudeste e 1.937 do Nordeste.

Durante trabalho de campo observamos que em Sapezal, a mão de obra sulista é predominantemente especializada e ocupa os melhores cargos, já os nordestinos compõem a mão de obra utilizada na produção de soja, milho e algodão, e no armazenamento e escoamento da produção.

A população destes dois municípios é predominantemente composta por migrantes à procura por trabalho, logo a relação entre a população e o município é

estritamente econômica (MARTINS, 1996), (ARRUDA, 2007). Realidade, fruto da imagem da cidade "vendida" como local de sucesso financeiro e pessoal.

Moradora de Sapezal há doze anos, a migrante do Estado do Maranhão a procura de emprego, relata[19] a existência de um discurso sedutor espalhando a ideia das boas oportunidades de trabalho e de vida em Sapezal. Todavia, a realidade é outra, uma vez que a valorização do espaço impõem o custo de vida alto;

> Aqui tem muitas [pessoas] que vem pra cá através de outras pessoas, aí vem o pessoal chega lá fala assim: lá é bom de serviço, lá a cidade é rica! Quando chega aqui ai vai saber o sofrimento. Casinha desse tamanho aqui a gente paga 500, 600 reais. Uma casa bonita dessas daí, tem casa de até 3.000 reais o aluguel […]. As pessoas pensam que aqui é bom, é bom pra trabalhar, pra serviço é bom, mas só o custo de vida, que é o que eu to falando para vocês. (Entrevistada A).

O relato da moradora desnuda a trama na vinda de trabalhadores para o município vislumbrando a oportunidade de emprego, contudo, são imensas as dificuldades para a permanência com dignidade. A moradora revela o preço pago pelo aluguel de pequenas casas num bairro popular chegava a um salário mínimo[20].

> Bem aqui assim [acenando], você vai nessa rua aqui tem três condomínios, que fizeram agora, é um salário, duas peças com um banheiro dentro. É um salário, o aluguel aqui não é baratinho não, ainda paga água, luz. (Entrevistada A).

O bairro popular compõe-se de casas pequenas e simples, com infraestrutura precária como apresentada nas figuras 1 e 2. A desigualdade social engendrada em Sapezal e Chapadão do Sul expressa-se na segregação socioespacial, pois os trabalhadores especializados residem em áreas centrais e os migrantes, não especializados e com baixos salários, nas periferias.

---

[19] Entrevista concedida em trabalho de campo para Danilo Souza Melo, José Antonio Lopes da Silva Júniore Miesceslau Kudlavickz, em novembro de 2013, na cidade de Sapezal (MT).
[20] R$ 678,00, à época.

Figura 1 - Sapezal (MT): casa popular

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2013. Foto Danilo Souza Melo (2013).

Figura 2 - Chapadão do Sul (MS): vista parcial do bairro popular

Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

Em contraposição, as casas localizadas nos bairros centrais expressam a concentração de renda, evidenciando o desenvolvimento econômico sem divisão da riqueza, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais.

Figura 3 - Sapezal (MT): casa de alto padrão

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2013. Foto Danilo Souza Melo (2013).

Figura 4 - Chapadão do Sul (MS): casa de alto padrão

Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

A segregação socioespacial é expressão das classes sociais presentes na organização das cidades, em outras palavras, “[…] a segregação é uma forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial” (VILLAÇA, 2003, p. 1). Ela

não se apresenta apenas na diferenciação entre as moradias, mas de acesso aos serviços públicos, entre outros:

> A segregação sócio-espacial assim definida não pode ser compreendida apenas pela diferenciação e isolamento espacial da função habitacional, mas pelas dificuldades de ter acesso ao conjunto da cidade, tanto no sentido objetivo, para aqueles que enfrentam as limitações orçamentárias para o acesso às formas mais eficientes de deslocamento e comunicação, como no sentido subjetivo, tendo em vista as dificuldades de construção coletiva de uma identidade urbana. (BELTRÃO SPOSITO, 1996, p. 82/83).

O agronegócio é a principal fonte de riqueza dos municípios de Sapezal e Chapadão do Sul e, ao mesmo tempo, o cerne da desigualdade social. Sapezal figura entre os maiores produtores de grãos do Brasil, produzindo, em 2006[21], 602.884 toneladas de soja e 320.362 toneladas de milho, e conta com a presença das principais empresas de produção e venda do mundo no setor (CARGIL, LOUIS DREYFUS e Grupo Maggi). A Avenida André Maggi, paralela à rodovia MT-235, é estratégica para a produção, nela se instalaram os principais silos de armazenamento e beneficiamento de soja, assim como empresas de comercialização e venda de maquinários agrícolas (Figura 5).

[21] IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Figura 5 - Sapezal (MT): Placas de Empresas ligadas ao agronegócio

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2013. Foto Danilo Souza Melo (2013).

A cidade de Chapadão do Sul estruturou-se em torno da rodovia MS-306, principal meio de escoamento da produção. Desta forma, na Avenida 2, paralela a rodovia estadual, estabeleceram-se empresas de comércio e serviços voltados à produção agrícola. O IBGE registrou no Censo Agropecuário, em 2006, a produção de 132.050 toneladas de soja e 99.030 toneladas de milho, em Chapadão do Sul. No entanto, ao contrário de Sapezal, a produção de grãos em Chapadão é feita e comercializada por associações de produtores (sulistas em sua grande maioria), com exceção da presença de silos da CARGILL.

Figura 6 - Chapadão do Sul (MS): Placas de Empresas ligadas ao agronegócio

Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

Outro diferencial em Chapadão do Sul está na educação, pois o município conta com o campus de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), oferecendo cursos de graduação e pós-graduação em Agronomia e Engenharia Florestal.

Estas cidades refletem as contradições desse modelo produtivo, concentrador e excludente, gerando riqueza e miséria na cidade e no campo. O ônus desta opção à grande propriedade e produção de commodities é a inexpressiva produção de alimentos. A produção de alimentos em Sapezal é praticamente nula comparada à produção de soja e algodão, situação evidenciada pelos dados do censo agropecuário de 2006, conforme a tabela 3.

Na tabela 3, observa-se a produção do município, predominantemente, voltada para a produção de grãos (milho e soja) para a exportação e de algodão herbáceo, com 79.311 hectares de área colhida. Em contrapartida, os alimentos presentes na mesa do brasileiro (arroz, feijão) não apresentam números de área colhida.

Tabela 3 – Sapezal (MT) - Área colhida (hectares) da lavoura temporária por produtos da lavoura temporária - 2006

Produtos da lavoura temporária	Área colhida (ha)
Algodão herbáceo	79.311
Arroz em casca	0
Batata-inglesa	0
Cana-de-açúcar	0
Cebola	0
Feijão preto em grão	0
Feijão de cor em grão	0
Feijão fradinho em grão	0
Feijão verde	0
Milho em grão	320.362
Soja em grão	602.884

Fonte: IBGE/SIDRA 2006. Organizado pelo autor.

O problema no abastecimento de alimentos levanta uma importante discussão sobre a opção pela agricultura capitalista mecanizada baseada na produção de commodities, em detrimento da agricultura camponesa produtora de alimentos. Sapezal (MT), nesse caso, depende da importação de alimentos de outros municípios e das poucas hortas urbanas produtoras de frutas. Hortaliças e leguminosas (mamão, abobrinha, alface, pimenta, entre outros).

Figura 7 - Sapezal (MT): Quitanda e horta urbana (ao fundo)

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2013. Foto Danilo Souza Melo (2013).

Chapadão do Sul, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, tem a produção essencialmente voltada para commodities. Com área colhida essencialmente de Algodão Herbáceo (5.488ha), Milho (14.610ha) e Soja (46.016ha), o município não apresenta produção significante de alimentos tradicionais da mesa do brasileiro.

Tabela 4 - Chapadão do Sul - Área colhida (hectares) da lavoura temporária - 2006

Produtos da lavoura temporária	Área colhida (ha)
Algodão herbáceo	5.488
Arroz em casca	0
Aveia branca em grão	0
Batata-inglesa	0
Cana-de-açúcar	0
Cebola	0
Feijão preto em grão	0
Feijão de cor em grão	0
Feijão fradinho em grão	0
Feijão verde	0
Mandioca (aipim, macaxeira)	4
Milho em grão	14.610
Soja em grão	46.016

Fonte: IBGE/SIDRA 2006. Organizado pelo autor.

Para amenizar os problemas relacionados à inexpressiva produção de alimentos, a prefeitura de Chapadão do Sul, por meio de seus funcionários cultiva hortaliças na área urbana. A produção é distribuída gratuitamente para a população, possivelmente este é um indício do problema de abastecimento no município.

Figura 8 - Chapadão do Sul (MS): Horta urbana Municipal

Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

As hortas em Sapezal, por serem próximas às plantações de soja e algodão, sofrem com a pulverização. Segundo um dos produtores, a pulverização aérea prejudica a qualidade dos alimentos, pois o vento “leva” o agrotóxico até à horta e “queima” as frutas e hortaliças (figura 9).

Figura 9 - Sapezal (MT): Mamão atingido por pulverização

Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2013. Foto Danilo Souza Melo (2013).

Não foi possível mensurarmos os danos causados à saúde por alimentos contaminados por agrotóxicos em Sapezal. Contudo, em áreas de predomínio do agronegócio esta realidade é fato. Dados do IBGE alertam para a grande quantidade de agrotóxicos utilizados pela agricultura brasileira, considerando-se que cerca de 70% da área colhida no Brasil, em 2006, utilizou agrotóxicos na lavoura.

Rigotto (2011) acrescenta que;

> [...] o Brasil é o país que mais consumiu estes produtos no mundo em 2008, ultrapassando sua própria marca em 2009. No último ano para os quais se tem dados, foram consumidas mais de 1 milhão de toneladas, o que corresponde a mais de 22 kg por hectare de lavoura, ou ainda cerca de 5,2 quilos de agrotóxicos por habitante. (RIGOTTO, 2011, p.48).

Temos ainda a pesquisa de Palma (2011) revelando a contaminação do leite materno por agrotóxicos no município de Lucas do Rio Verde (MT);

> Os dados apresentados e discutidos no presente trabalho mostram um problema de saúde pública, o qual trabalhadores e população vizinha a áreas de produção de soja, milho ou algodão se encontram em situação de vulnerabilidade, face aos efeitos nocivos dos agrotóxicos sobre a saúde humana. (PALMA, 2011, p.85).

Além dos problemas de intoxicação pelo uso de agrotóxicos, Pires et al (2005) alerta para os altos índices de suicídios com a utilização de agrotóxicos em Mato Grosso do Sul. Por exemplo, entre os anos de 1992 e 2002, "foram registradas 1.355 notificações de intoxicação, sendo 506 tentativas de suicídio que levaram a 139 óbitos" (PIRES et al, 2005, p.604).

O caminho de superação desta tragédia é a soberania alimentar e a Agroecologia, bandeiras de luta dos movimentos socioterritoriais contra o agronegócio, mostrando a necessidade de acesso à alimentação de qualidade. Nesse sentido, a produção camponesa baseada no conhecimento popular sem a utilização de agrotóxicos é a alternativa para o atual modelo produtivo alicerçado na velha relação entre latifúndio e exportação.

Como dito, as estruturas fundiárias de Sapezal e Chapadão do Sul apresentam características similares, surgiram para dar apoio à comercialização de

terras agrícolas. Desta maneira, os municípios apresentam aparente desconcentração fundiária evidenciada pelo índice de Gini.

O mapa 2, sobre o índice de Gini nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresenta ambos municípios entre os com menores índices de concentração fundiária. No índice que vai de 1 (concentração absoluta) a zero (desconcentração total), Chapadão do Sul apresenta índice mediano (0,730). Sapezal possui o segundo menor índice do Estado (0,498), atrás apenas de Lucas do Rio Verde (0,476).

No entanto, os dados de estabelecimentos agropecuários de 2006 do IBGE revelam a predominância da grande propriedade nos municípios. Em Chapadão do Sul, 19,49% dos estabelecimentos com tamanho igual ou superior a 1000 hectares possuem 81,64% do total da área ocupada no município.

Sapezal apresenta estrutura fundiária extremamente concentrada, com 82,75% dos estabelecimentos ocupando 98,29% da área divididos em estabelecimentos com 1000 ou mais hectares. No entanto, se deve considerar como concentrada a estrutura fundiária deste município, pelo fato de apenas 87 estabelecimentos, concentrarem toda a área rural. Observa-se, ainda, a ausência de pequenas propriedades.

Tabela 5 - Sapezal e Chapadão do Sul: número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - 2006

ANO	Sapezal		Chapadão do Sul	
Variável	Estabelecimentos	Área %	Estabelecimentos	Área %
Menos de 10 ha	-	-	96	0,12
10 a menos de 100 ha	-	-	141	1,68
100 a menos de 1000 ha	15	1,71	143	16,55
1000 ha e mais	72	98,29	92	81,64

Fonte: IBGE/SIDRA.
Organizado pelo autor.

O agronegócio necessita de grandes extensões de terra para a produção em larga escala, no caso de Sapezal e Chapadão do Sul, extensas fazendas de soja e milho. Contudo, além da modernidade e produtividade, os municípios abrigam as

contradições do agronegócio, como a superexploração do trabalho, as contaminações, a inexistência de soberania alimentar e os problemas de moradia enfrentados pelos trabalhadores migrantes.

O problema da produção de alimentos deixa em risco a população frente a crises de abastecimento, encarecendo os alimentos. Assim, como outras cidades surgiram e entraram em declínio em outros ciclos econômicos (ouro, café, borracha), estas cidades podem também entrar em decadência com crises financeiras do agronegócio.

CAPÍTULO II

A CONTRIBUIÇÃO DO DATALUTA NO ESTUDO DA LUTA PELA TERRA

2.1 A Rede DATALUTA e o Banco de Dados da Luta pela Terra

Na intenção de construirmos estudos demonstrando os diferentes processos de luta pela terra, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, numa escala geográfica e temporal ampla, elegêmos o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) como a principal fonte das informações utilizadas nesta investigação. Partimos do pressuposto da existência de uma questão agrária no Brasil, diversa, heterogênea, e em que os sujeitos se enfrentam, conflituam-se, resultado de diferentes processos de configuração do território brasileiro e desenvolvimento do capital.

O DATALUTA foi criado, em 1998, pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) – UNESP/FCT, com o objetivo de contribuir para a pesquisa sobre a luta pela terra, coletando e armazenando informações.

> O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, *campus* de Presidente Prudente. A elaboração do primeiro Relatório DATALUTA em 1999, com os dados de 1998, foi o início desta publicação de categorias essenciais da questão agrária brasileira, superando a dificuldade de acesso aos dados sistematizados sobre ocupações e assentamentos. Em 2004, incorporamos as categorias movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária, com a apresentação de gráficos, tabelas, quadros e mapas. (DATALUTA, 2011, p. 01).

Aprimorado a cada ano, desde sua criação, o projeto DATALUTA articulou-se com diversos laboratórios[22] e grupos de pesquisas do Brasil, colaboradores na coleta e sistematização dos dados, formando uma rede. A rede DATALUTA é composta pelos seguintes grupos e laboratórios:

- No Estado de São Paulo, o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária(NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), tem como coordenador o Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Neste grupo são realizadas pesquisas

[22] Fazemos parte da Rede DATALUTA, especificamente trabalhando no Laboratório de Estudos Territoriais (LABET/UFMS/Três Lagoas) na coleta e analise de dados sobre Mato Grosso do Sul.

referentes à questão agrária com ênfase ao Estado de São Paulo e Pontal do Paranapanema.

- Em Minas Gerais, o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), é coordenado pelo Prof. Dr João Cleps Júnior. No LAGEA são desenvolvidos estudos relacionados à questão agrária, modernização da agricultura, territorialização do capital e resistência camponesa.
- Na Paraíba, o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é orientado e coordenado pela Profa Dra. Emilia De Rodat Fernandes Moreira e pelo Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior. O GETEC possui as seguintes linhas de pesquisa: Espaço agrário e Campesinato, Meio Ambiente, Luta pela Terra e Reforma Agrária, Território, Desenvolvimento Rural e Desertificação.
- Em Sergipe, o Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) faz parte da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sendo coordenado pelos professores Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho e Msc. Antônio Carlos Campos. O LABERUR realiza pesquisa nos temas: Luta pela Terra, Reforma Agrária, Assentamentos Rurais, Movimentos Camponeses, Produção e Consumo do Espaço Urbano e Rural e Gestão Urbana.
- No Paraná, o Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), vinculada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), desenvolve pesquisas sobre conflitos sociais e resistência dos povos diante da expansão das relações capitalistas, no campo e na cidade. O GEOLUTAS é coordenado pelos professores Dr. João E. Fabrini e Msc. Djoni Roos.
- Em Mato Grosso, o Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária (GECA), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), é coordenado pela Prof.ª Dr.ª Onelia Carmem Rossetto. As principais linhas de pesquisa do GECA são: Geografia Agrária, Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Gestão do Turismo em Áreas Úmidas, Ambiente Agrário e Populações Rurais das Áreas Úmidas do Brasil e do Mundo.
- Em Mato Grosso do Sul, o Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), vinculado a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de

Três Lagoas, é coordenado pela Profa. Dra. Rosemeire A. de Almeida e Prof. Dr. Sedeval Nardoque. No LABET são desenvolvidos estudos relacionados à Reforma Agrária, (Re)criação camponesa, Territorialização do Capital no Campo, Educação do Campo e Relação Campo-Cidade.

- No Rio Grande do Sul, o Núcleo de Estudos Agrários (NEAG), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), é coordenado pela Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros. No NEAG são desenvolvidos estudos sobre: Reforma Agrária, Agroecologia, Vitivinicultura, Paisagem e Turismo.
- No Estado de Espírito Santo, o Observatório dos Conflitos do Campo (OCCA), vinculado a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é coordenado pela Profa. Dra. Simone Raquel Batista Ferreira. O OCCA realiza pesquisa sobre a questão agrária.

A Rede DATALUTA conta, atualmente, com 72 colaboradores, entre alunos de graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores de Geografia e áreas afins. A Rede atua de forma organizada em grupos (laboratórios) divididos pelos estados brasileiros. Cada grupo se responsabiliza por coletar informações sobre a luta pela terra no seu respectivo estado.

Os grupos de pesquisa vinculados ao DATALUTA estão principalmente na região Centro-Sul, exceto pelos Estados da Paraíba (LABERUR) e Sergipe (GETEC) - como apresenta a figura 10. Apesar de não possuir grupos vinculados nos demais Estados, o DATALUTA registra e sistematiza os dados sobre manifestações e ocupações de todos os estados do país com auxilio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Figura 10 - Brasil: rede DATALUTA

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

A rede DATALUTA não se restringe apenas ao levantamento de dados, atua como coletivo de pensamento. Mensalmente, são elaborados artigos e boletins estaduais pelos grupos de pesquisa, abordando as diversidades regionais, publicados no site[23] do NERA. Anualmente, realiza-se o Encontro Nacional da Rede DATALUTA na cidade de São Paulo, na sede da UNESP, onde são apresentados os relatórios anuais de cada estado e discutida a metodologia do banco de dados. Após

[23] http://www2.fct.unesp.br/nera

a apresentação dos dados estaduais, é produzido o relatório nacional, denominado Relatório DATALUTA Brasil.

2.2 DATALUTA: metodologia de registro das informações

O banco de dados do DATALUTA possui diversas categorias (Assentamentos, Ocupações, Manifestações, Movimentos Socioterritoriais, Estrangerização de terras e Estrutura Fundiária) e para cada categoria é utilizada uma fonte e metodologia de registro das informações, como demonstrado na figura 11. As principais categorias utilizadas em nossa pesquisa (Ocupações e Manifestações) têm como fonte de informações a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) e dados coletados pelos grupos de pesquisas da Rede DATALUTA.

Figura 11- DATALUTA: categorias e fontes

Organizado pelo autor.

Na metodologia de registro do DATALUTA, como apresenta a figura 12, informações (Notícias de jornal e/ou Fontes orais) referentes a manifestações e ocupações, são registradas diariamente pelos grupos de pesquisa estaduais. Mensalmente, as informações são enviadas aos grupos responsáveis (NERA e LAGEA) por categoria, para sistematizar os dados do Brasil que, posteriormente, são enviados para a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Anualmente, a CPT retorna os dados ao NERA, acrescidos das informações coletadas pela entidade para elaboração do seu Caderno de Conflitos. Ao receber da CPT, o NERA realiza o confronto dos dados registrados pelo DATALUTA e CPT,

e os disponibiliza para toda a Rede. Os grupos de pesquisa da Rede elaboram os relatórios estaduais, e contribuem para a produção do relatório nacional.

Figura 12 - DATALUTA: processo de registro das informações

Organizado pelo autor.

As notícias de jornais (impresso ou online) são a principal fonte de informações da Rede DATALUTA, acrescenta-se ainda, informações obtidas junto aos movimentos ou em entrevistas realizadas em trabalhos de campo. Para registrar e interpretar as informações, o DATALUTA utiliza conceitos que organizam a realidade dando nexo científico ao debate. Nesse sentido, é necessário compreender os conceitos utilizados pelo DATALUTA.

2.3 As categorias ocupação e manifestação

A luta pela terra constitui importante dimensão da questão agrária, demonstrada pelas manifestações e ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2001). Nessa perspectiva, objetivando compreender a dimensão da luta em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, elegemos as categorias Manifestação e Ocupação para nossa análise, a partir do banco de dados DATALUTA.

No DATALUTA, durante o trabalho diário de registro das notícias envolvendo os movimentos socioterritoriais, são comuns notícias relatando *invasões* de terras, no entanto, estas ações são registradas na categoria *ocupação*. Há divergências na concepção dessa ação (invasão ou ocupação), pelo fato de implicar em

posicionamento político de quem opta por um ou outro; havendo, portanto, um território imaterial envolvendo as ações dos movimentos.

> O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir, faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. (FERNANDES, 2009, p. 211).

É necessário compreender que há disputas no campo das ideias e, nessa disputa pelo território imaterial, há a tendência conservadora da manutenção e defesa da propriedade privada, veiculada pelos meios de comunicação, como fica evidenciado na manchete da notícia (figura 8) de uma “invasão” ocorrida em Paranaíba (MS).

Figura 13 - Jornal Correio do Estado: notícia ocupação em Paranaíba (MS)

REFORMA AGRÁRIA

Sem-terra de Goiás invadem fazenda em Paranaíba

No domingo, 80 famílias de sem-terra de Goiás invadiram uma fazenda em Paranaíba (MS). Eles exigem a desapropriação da área, que está penhorada pelo Banco do Brasil. O imóvel tem 922 hectares. O caso está sendo analisado pelo Incra.

Fonte: Jornal Correio do Estado, 2012.

O teor das notícias, e a utilização de termos, criminalizam a ação dos movimentos socioterritoriais, demonstrando posicionamento da mídia. Ao utilizar o

termo invasão, influenciam a opinião pública de que esta é prática ilegal, trazendo consigo a ideologia de direito à propriedade, muitas vezes, utilizada como justificativa para respostas violentas do Estado e dos proprietários de terra.

Por outro lado, para os movimentos, ocupação indica um posicionamento político de cobrança da aplicação do Estatuto da Terra[24] e da função social da terra, como estabelece o Capítulo lll, Art.184, da Constituição Federal, no tocante à Reforma Agrária.

> Para os movimentos socioterritoriais, a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, e que os mantêm marginalizados já que impede o acesso ao espaço. Por meio do ato de ocupar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem os processos de espacialização e territorialização, é quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos que não possuem terra ou um teto. A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Esta tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. (PEDON, 2009, p.177/178).

A construção conceitual do termo ocupação teve efetiva participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), utilizando o conceito em sua luta e em palavras de ordem, como, “Ocupar, resistir e produzir”. Podemos afirmar, assim,

> [...] que o uso do termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O uso do termo ocupação foi estratégico na formulação das bases de justificação e legitimação do MST e na demanda pela realização da Reforma Agrária no Brasil. (ROSA, 2012, p.513).

Para o DATALUTA, a ação dos movimentos ao entrarem em uma fazenda e nela acampar é caracterizada e registrada como uma categoria: ocupação. Respeitando a construção do conceito e sua representação política, também o utilizamos para analisar Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Isso significa dizer que

[24] [...] lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (BRASIL, 1964).

consideramos no processo de registro[25] das notícias de jornais, invasão como ocupação de terra.

Cabe ressaltar, a diferença entre ocupação e acampamento. A ocupação consiste em uma ação do movimento com o objetivando conquistar um território via desapropriação, pressionando o Estado na realização da Reforma Agrária. Já o acampamento, na maioria das vezes, é o desdobramento de uma ocupação, localizado, geralmente, nas margens de rodovias. No acampamento, as famílias se organizam enquanto acompanham as negociações pela desapropriação da área reivindicada para a Reforma Agrária.

A questão agrária brasileira, resultado das diferentes formas de ocupação e exploração do território, tem exigido um repensar do DATALUTA em relação às ações dos povos tradicionais (quilombolas e indígenas), no tocante ao registro na categoria ocupação. Pois a luta dos povos tradicionais expõe uma relação diferente destes com a terra, uma vez que habitavam um território e, de alguma maneira, foram expropriados dele.

Dessa maneira, os povos tradicionais lutam pela retomada de seu antigo território, como podemos observar na questão indígena em MT e MS, é a luta pelo *Tekoha*[26]. Essa diferença na luta dos povos tradicionais está em discussão na rede DATALUTA, no qual, é proposto o uso de uma nova categoria: a reterritorialização. Todavia, optamos, nesta pesquisa, por manter a categoria ocupação para as ações dos povos tradicionais, de acordo com os dados, consolidados, de 2000 a 2012, e registrados junto com os outros movimentos.

A segunda categoria utilizada nesta pesquisa, também pertence à metodologia do DATALUTA. Refere-se às manifestações que, por sua vez, subdividem-se em várias tipologias. Essa subdivisão é necessária para entendermos as diferentes estratégias adotadas pelos movimentos socioterritoriais, para colocar em discussão suas reivindicações.

---

[25] No registro de uma ocupação, informações adicionais são preenchidas com o objetivo de possibilitar a melhor compreensão da ação. Informações como: número de famílias na ocupação, movimento socioterritorial, nome do imóvel ocupado, município e microrregião, data.

[26] O conceito de território é o que mais se aproxima do sentido de tekoha. Segundo Mota (2011), o conceito de tekoha só começou a ser utilizado pelos indígenas com a tomada de suas terras pelo não índio, desta maneira, o uso do conceito é também uma afirmação política.

As manifestações ocorrem por meio de bloqueios de rodovias, ocupações de prédios públicos, ocupações de prédios privados, marchas e temáticas (festas, congressos e encontros dos movimentos sociais). Objetivando tornar públicas as suas necessidades, os movimentos escolhem o tipo de manifestação de forma estratégica visando atingir o órgão, público ou privado, responsável por atender suas demandas.

A ocupação de prédio público constitui um tipo de manifestação no qual o movimento procura solucionar seus problemas diretamente no órgão responsável, por exemplo, o INCRA, como demonstrado na figura 14.

Figura 14 - Jornal Correio do Estado: manchete sobre manifestação

ABRIL VERMELHO

MST ocupa o Incra para cobrar retomada da reforma agrária

Sem-terra pressionam por mais recursos e pela queda da liminar que paralisou o processo no Estado

Fonte: Jornal Correio do Estado, 2012.

Como visto na figura 14, o movimento se manifesta para pressionar os responsáveis pelo órgão a acelerar o processo da Reforma Agrária. A mesma estratégia ocorre com prédios privados e bancos estatais, responsáveis por liberar créditos e investimentos do governo federal e estadual.

As marchas, passeatas e bloqueios de rodovia, têm o objetivo de mobilizar a sociedade para conhecer as reivindicações dos movimentos. No entanto, o bloqueio de rodovia é uma ação mais radical, pois divide a opinião pública ao parar o fluxo material (mercadorias, pessoas), abalando a lógica capitalista. Com isso, abre de forma intensa a discussão acerca da ação e reivindicações dos movimentos socioterritoriais, como apresentado na figura 15.

Figura 15 - Jornal A Gazeta: manchete sobre manifestações

PROTESTO

Índios bloqueiam BR para exigir assistência da Funai

Fonte: Jornal A Gazeta, 2011.

Essas categorias possibilitaram, assim, a interpretação dos processos de territorialização e espacialização da luta pelo território. Consideramos as manifestações e as ocupações como estratégias da resistência camponesa.

> […] uma força política construída pela organização e fortalecida pela consciência dos direitos; é tanto uma forma de impedir que as forças contrárias à Reforma Agrária ampliem seu espaço político, quanto um processo de construção e dimensionamento do espaço político dos sem-terra. Portanto, a resistência demarca, no campo da luta de classes, a linha divisória das ações de poder que se movimentam de acordo com a competência e a criatividade de ambas as classes. (FERNANDES, 1999, p. 91).

Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais formados por camponeses e povos tradicionais atuam lutando pela Reforma Agrária, políticas públicas e, sobretudo, resistindo à expansão capitalista. Suas ações coletivas buscam a formação de visão crítica da realidade para que os povos do campo se identifiquem como sujeitos (consciência de classe).

As ocupações e manifestações promovem a espacialização da luta pela terra, processo importante para a conquista do território. São essas as categorias que discutiremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

2.4 Uma análise geográfica dos movimentos sociais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Inicialmente, a abordagem dos geógrafos, acerca dos movimentos sociais, principalmente os movimentos ligados à luta pela terra, teve como fundamento a

produção teórica da Sociologia (TOURAINE, 1989) e das Ciências Sociais (GOHN, 2008).

Para Gohn (2000, p.13),

> Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construída por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

A Geografia intensificou os estudos sobre os movimentos sociais a partir dos anos de 1980, reflexo do movimento conhecido como Geografia Crítica constituída principalmente pela influência marxista. Contudo, obras de Manuel Correia de Andrade[27] e Josué de Castro[28], anteriores à renovação da Geografia, já refletiam sobre os problemas do Nordeste, a necessidade de Reforma Agrária e o surgimento das Ligas Camponesas (PEDON, 2009).

Estudando os movimentos sociais e suas estratégias de espacialização e territorialização, Fernandes (1994; 1999) construiu uma abordagem teórico-metodológica utilizando espaço e território como conceitos essenciais para a compreensão da luta pela terra. Para Fernandes, o “território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p.27). Com desdobramento deste debate, Fernandes propõe o conceito de Movimento Socioterritorial:

> Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. [...]Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo.[...] Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de

[27]ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo: Editora Ática, 1986.

[28] CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

> trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. (FERNANDES, 2000, p.59).

Outra importante contribuição geográfica no debate sobre território vem dos escritos de Haesbaert (2004), e ajudam-nos a pensar os movimentos socioterritoriais. Para este autor o Território pode ser utilizado nas suas mais variadas dimensões: "[…] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural" (HAESBAERT, 2004, p.79).

Nessa perspectiva territorial, pensar os movimentos sociais do campo, é entender a luta para além da conquista da terra, é luta por dignidade, direito à educação, reconhecimento de sua cultura, políticas públicas.

> […] há, entre os movimentos sociais que atuam no Brasil, um conjunto de mobilizações cuja natureza é essencialmente territorial e de importância crescente no contexto social nacional, insurgindo daí a necessidade de acrescentarmos em seus estudos conhecimentos pertinentes ao campo da geografia […]. (PEDON, 2009, p. 29).

Todavia, os movimentos de luta pela terra não são homogêneos, há diferenças entre eles, e diferenciá-los torna-se pertinente para compreender suas ações estratégicas de enfrentamento ao latifúndio, pois todos;

> […] movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo na cidade e na floresta. Esses fatos validam os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial. (FERNANDES, 2005, p.03).

Assim, os movimentos sociais que lutam por território, são considerados movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000). Existem diversos territórios, de acordo com as escalas e dimensões de análises, considerando-se que o “território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalar) e dimensões (multidimensional)”. (FERNANDES, 2005, p. 26).

Na luta pelo território, ficam evidentes as diferenças entre os movimentos socioterritoriais, tanto em suas ações como em sua posição política. Os movimentos

são sustentados por um conjunto de ideais, teorias e métodos, dando identidade e forma de luta. Para Fernandes (2005), esse conjunto compõe paradigmas, destes, dois são utilizados nas análises do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

O PQA:

> [...] defende a tese segundo a qual a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985). Esta questão não pode ser solucionada pelo capitalismo e sua superação está na construção de uma outra sociedade. Suas tendências internas são proletarismo (THOMAZ JUNIOR, 2008) e campesinismo (PLOEG, 2008; OLIVEIRA, 1991) compreendidos pelo método dialético por meio da dinâmica da luta de classes. (FELICIO, 2011, p. 05).

O Paradigma do Capitalismo Agrário surge de:

> [...] análises seminais de Mendras (1984) e Lamarche (1993; 1998), emerge o paradigma do capitalismo agrário defendendo que os problemas agrários criados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma. Suas tendências internas são a agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 1991) e o agronegócio (NAVARRO, 2010; SILVA, 1981), os quais são analisados, com os recursos do método positivista para enaltecer a sua hegemonia. Portanto, não há antagonismo entre agronegócio e campesinato, cujas perspectivas seria a manutenção do capitalismo. Basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar [...]. (FELICIO, 2011, p.05/06).

Esses dois paradigmas estão presentes em artigos científicos, dissertações, teses, livros, jornais, nas escolas e universidades e nos próprios sujeitos dos movimentos socioterritoriais. Diante disso, estabelecemos uma possível análise paradigmática dos movimentos socioterritoriais, de acordo com suas ações e organização, indagando, por exemplo: qual a fundamentação teórica do movimento? Qual metodologia de luta? Qual o perfil dos sujeitos que participam? Como é organizado o acampamento? Após a conquista da terra, como se organiza o assentamento? As respostas a estas questões auxiliariam-nos no entendimento das formas de resistência dos movimentos socioterritoriais de acordo com os paradigmas.

No entanto, não se trata apenas de diferenciação dos movimentos socioterritoriais. Esta proposta está ligada a (re)leitura das diferentes formas de organização e práticas dos movimentos socioterritoriais e sua implicação na luta pela terra e na conquista de políticas públicas.

Neste sentido, identificamos em MS um movimento com características de alinhamento ao sistema, ou seja, contra as ocupações e manifestações: o Movimento Sul-Mato-Grossense da Agricultura Familiar (MAF). Este movimento nasceu em MS e possui acampamentos na região de Campo Grande, Anastácio e Bataguassu. Suas características se alinham com o paradigma do capitalismo agrário, como podemos verificar na manchete do jornal Correio do Estado (figura 13).

Segundo noticiado pelo jornal, o MAF possui pré-requisitos para ingresso de novos integrantes, dentre eles: não ser analfabeto, não defender bandeira política e não ter a intencionalidade de realizar bloqueios de rodovias e “invasões”. Com estes pré-requisitos, o movimento tem, em sua maioria, trabalhadores que sofreram com problemas de habitação nas cidades e aguardam pacificamente pela Reforma Agrária sem uso das lutas comuns a outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Figura 16 - Mato Grosso do Sul: Noticia de acampamento do Movimento MAF

REFORMA AGRÁRIA

FOTOS VALDEMIR REZENDE

Na esperança. Acampamento Estrela I, montado na estrada da Gameleira, na Capital; lá foram erguidos 480 barracos com a ajuda do governo estadual. Integram o grupo os desinteressados em “badernas”

Movimento barra inscrições dos sem-terra com ‘fichas-sujas’

Nova organização é contrária às invasões de fazendas, proíbe analfabetos, e privilegia universitários

Fonte: Jornal Correio do Estado, 2013.

Já o MST pode ser caracterizado como o movimento socioterritorial que mais se aproxima da base teórica Paradigmática da Questão Agrária. Suas bandeiras são contra o avanço do capitalismo no campo, agricultura saudável e justiça social. O MST está presente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e sua origem em MS está ligada a participação na ocupação na década de 1980 da fazenda Santa Idalina no município de Ivinhema (MS) e, em MT, o movimento se consolidou com a ocupação da fazenda Aliança, em Pedra Preta, em 1995 (FERNANDES, 1999).

Outros movimentos estão presentes em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como o movimento indígena, apesar de não ser movimento único, utilizamos o termo para nos referirmos aos diversos indígenas em movimento. Sua principal luta é pela retomada da terra, principalmente nas regiões centro-sul de Mato Grosso do Sul, cuja principal organização das lideranças Guarani-Kaiowá é *Aty Guasu*, também conhecida como a grande assembleia. Neste espaço são tomadas as principais decisões do movimento indígena, no Estado (MOTA, 2011).

Apesar de não serem movimentos socioterritoriais, os sindicatos são importantes na luta pela terra, pois a maioria atua como um movimento, organizando trabalhadores, realizando ocupações e manifestações, direcionadas mais para a defesa dos direitos trabalhistas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) está presente em MT e MS, sendo representada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAGRI-MT e FETAGRI-MS). A FETRAGRI-MT conta com mais de 110 sindicatos de trabalhadores rurais distribuídos por todo o Estado. A FETAGRI-MS possui 75 sindicatos.

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) também está presente nas mobilizações em MT e MS. Outros movimentos, como: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Famílias Unidas do Vale do Ivinhema (FUVI), Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados (MTAA) organizaram ocupações e manifestações, entre 2000 e 2012.

Destaca-se a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na luta pela terra e defesa dos camponeses, seja nos estados de MT e MS, como em todo Brasil.

Sublinhamos, também, sua contribuição referente aos registros da luta pela terra divulgados anualmente em seu caderno de conflitos[29].

A seguir, adentraremos o nosso estudo em torno das ações destes movimentos (manifestações e ocupações), objetivando elucidar suas características e intencionalidades.

[29] Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>

CAPÍTULO III

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL

Faz escuro, mas eu canto,
a memória dos explorados e oprimidos
que na arte da resistência,
faz brotar novos tempos de liberdade...
Faz escuro, mas eu canto,
a rebeldia de acreditar
na defesa das idéias e ideais dos povos da terra,
que caminham nas trilhas do horizonte...
Faz escuro, mas eu canto,
a esperança dos pobres da terra que vivem,
que lutam e sonham um mundo melhor.
(Francisco Reginaldo[30])

A longa marcha dos trabalhadores sem terra e povos tradicionais em busca do acesso à terra, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, resulta em ações coletivas a exemplo da Ocupação e Manifestação. Estas ações estratégicas dos movimentos socioterritoriais, colocam em discussão a luta pela terra na sociedade além de forjarem a conquista ou criação de espaços políticos de espacialização da luta.

"A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território. É a busca do recomeço como novos sujeitos, o que permite um constante re-fazer-se na sua formação" (FERNANDES, 1994, p.177). As manifestações e ocupações são ações concretas para a espacialização das lutas e do movimento. Pois espacializar é:

> […] registrar no espaço social um processo de luta. É o multimensionamento do espaço de socialização política. È escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações ocupações e reocupações de terras, etc. (FERNANDES, 1999, p. 136).

Na espacialização, além de colocar em debate na sociedade a necessidade da Reforma Agrária, os movimentos criam suas identidades, e os trabalhadores mobilizados se reconhecem enquanto sujeitos.

> Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a

[30] Poesia de Francisco Reginaldo, Assentamento Coletivo Luzinei Barreto, Município de Ouro Preto (RO).

> elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais. (GRZYBOWSKI,1987, p.59/60).

A espacialização faz parte do processo de territorialização da luta pela terra e cada conquista de frações do território, a cada assentamento criado, terras demarcadas, a luta se territorializa. Desta maneira:

> A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. (FERNANDES, 1994, p.182).

Os acampamentos são fundamentais para entendermos o processo de territorialização da luta pela terra, pois os acampamentos são:

> [...] resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. (FERNANDES, 1999, p.282).

Nessa perspectiva, apresentaremos três acampamentos, dois localizados em Mato Grosso e um em Mato Grosso do Sul. Estes são exemplos da diversidade da luta pela terra nestes Estados, nos quais, apresentaremos histórias de superação e persistência dos acampados.

No próximo item analisaremos, com maior profundidade, como se deu o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo como fundamentação concreta as estratégias e as intensidades das ocupações, bem como as diferentes formas de manifestação.

3.1 As ocupações em MT e MS

A ocupação é a forma de pressão mais importante e conhecida na luta pela terra, utilizada historicamente por diversos movimentos. Essa estratégia é utilizada há décadas pelo MST, desde a sua formação, nas áreas com problemas de

titulação[31] e/ou improdutivas reivindicando a desapropriação para fins de Reforma Agrária. Para Stédile, um dos principais líderes do movimento: "Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação [...] A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito" (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p.115).

Segundo Fernandes:

> A ocupação não é o começo da conflitualidade, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo. (FERNANDES, 2005, p.8).

O conflito é resultado da questão agrária produzida pelo avanço do capitalismo no campo e, como contraponto, os camponeses e povos tradicionais lutam por território para garantir sua reprodução social. A ocupação é a estratégia dos movimentos socioterritoriais desde as décadas de 70 e 80 do século passado, na luta pela democratização da terra e conquista dos direitos trabalhistas. No entanto, os movimentos são reprimidos pelas forças do Estado e, também, dos fazendeiros em defesa da propriedade privada.

Desta maneira:

> Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a publico e iniciam as negociações, os enfretamentos com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a Reforma Agrária. (FERNANDES, 2001, p.36).

A luta camponesa e dos povos tradicionais compõe parte da luta por território nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Suas ocupações e manifestações são parte do processo de espacialização da luta. A espacialização e territorialização são dimensões da luta por frações do território decorrentes das ações dos movimentos socioterritoriais, dimensões estas indissociáveis, ocorrendo

---

[31]Segundo Oliveira 2013, metade dos documentos de posse de terra no Brasil é ilegal. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/metade-dos-documentos-de-posse-de-terra-no-brasil-e-ilegal-7116.html>. Acesso em 12/05/2014.

muitas vezes de forma simultânea. O movimento se espacializa ao realizar suas lutas (manifestações, ocupações), fazendo-se conhecidas e angariando tanto adeptos quanto opositores.

> Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas. As lutas por frações do território [...] representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa é a diferença fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o empresário, o latifundiário estão. (FERNANDES. 2000 p. 67).

Apesar das ocupações serem a principal forma de pressionar a agilidade dos processos de desapropriação de terra para a Reforma Agrária, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram decréscimo, salvo pequenas variações, no período de 2000 a 2012, como pode ser visualizado no gráfico 4.

Com um total de 231 ocupações (2000 a 2012), Mato Grosso do Sul apresentou picos de ocupações nos anos de 2000 (80), 2001 (27), 2004 (28) e declínio nos anos seguintes. As 88 ocupações, no ano de 2000, foram resultantes da pressão dos movimentos, principalmente a CUT e da CONTAG com 33 e 21 ocupações, respectivamente.

Em Mato Grosso, ocorreram 64 ocupações, entre 2000 e 2012, e o pico de ocupações aconteceu nos anos de 2003 (26 ocupações) e 2005 (14), certamente motivadas por promessas políticas, uma vez que a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva criou o ambiente de otimismo junto aos movimentos sociais, principalmente no MST. Com a entrada de um governo popular se esperava a desapropriação e criação de mais assentamentos, bem por isso as ocupações se intensificaram nos primeiros anos do governo Lula (2003, 2004 e 2005) como forma de pressão.

Gráfico 4 - MT/MS: ocupações de terra (2000 a 2012)

Fonte: DATALUTA 2014. Organizado pelo autor.

Como dito, uma das explicações para o aumento das ocupações pelo MST nos anos de 2003 e 2004 se deve ao fato de o Brasil entrar em novo contexto político a partir de 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para presidente da República. Todavia, a Reforma Agrária não ocorreu de acordo com a expectativa dos movimentos. Desse modo, as ações de ocupação se reduziram nos anos seguintes devido à desistência das famílias acampadas, como afirma[32] uma das lideranças do MST (MT).

> Aqui é um período que quando o PT assumiu o governo, o superintendente do INCRA foi em cadeia nacional e disse "só vou assentar quem estiver acampado", isso estimulou o sem-terra a fazer luta ir para o acampamento.
> Ai vem caindo de novo, porque a partir que isso aqui não acontece, as famílias vão desistindo e cada vez mais difícil fazer ocupação, por quê? Porque as famílias ficam muito tempo acampadas, um ano dois anos, hoje cinco anos. Então se eu vejo meu vizinho acampando há cinco anos eu não me encorajo de ir. (Entrevistado B).

[32] Entrevista realizada em junho de 2014 na secretaria do MST em Cuiabá (MT).

Esse contexto explica a redução significativa das ocupações de 2006 a 2012, tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul, assim como no número de famílias em ocupação. No período estudado, 38.929 famílias participaram de ocupações em Mato Grosso do Sul, enquanto em Mato Grosso foram 18.213 famílias, como apresentamos no gráfico 5.

Observamos, em MS, a queda acentuada no número de famílias comparado o ano de 2000, com 11.249 famílias em ocupações, com o ano de 2012, com 784 famílias. Em MT a situação é semelhante, 5.090 famílias participaram de ocupações em 2003 e 580 famílias em 2012.

Gráfico 5 - MT/MS: famílias em ocupações 2000 a 2012

Fonte: DATALUTA 2014. Organizado pelo autor.

A morosidade da Reforma Agrária e, até mesmo, sua não realização é a principal explicação para a redução do número de famílias em ocupações, junta-se a isso a dificuldade do MST de lutar contra um governo amplamente apoiado por sua base. Aliado a isto, a redução da pobreza no país afetou consideravelmente o trabalho de base realizado pelos movimentos socioterritoriais para arregimentar pessoas para a luta.

Os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sobre a criação de assentamentos rurais (gráfico 6), revelam que entre os anos de

2000 e 2012 foram criados, em Mato Grosso, 300 assentamentos e 123 em Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso, os anos de 2001, 2003 e 2005 foram os anos com maior número de criação de assentamentos (44, 65 e 44 respectivamente). A partir de 2008, a criação de assentamentos reduziu significantemente. O quadro é semelhante em Mato Grosso do Sul, nos anos de 2000, 2005 e 2007 houve o maior número de assentamentos (24, 22 e 26 respectivamente), e a partir de 2009 poucos assentamentos foram criados.

Gráfico 6 - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: assentamentos criados (2000 - 2012)

Fonte: INCRA/DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Nesse contexto, foram assentadas 28.744 famílias em Mato Grosso, e, 15.883 famílias em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2000 e 2012, como apresentamos no gráfico 7. O gráfico ainda revela o grande número de famílias assentadas no início da década de 2000, tanto em MT quanto em MS e seu declínio a partir de 2008.

Em Mato Grosso o ápice foi nos anos de 2001 e 2003, com 5.600 e 6.066 famílias assentadas, respectivamente. Em Mato Grosso do Sul, os anos de 2005 (4.377 famílias) e 2007(2.765 famílias), foram os principais em número de famílas assentadas. A partir de 2008, poucos assentamentos foram criados e,

consequentemente, se reduziu o número de famílias assentadas chegando a zero nos anos de 2011 e 2012, em MS.

Gráfico 7 - MT e MS: Famílias assentadas (2000-2012)

Fonte: INCRA/DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Analisando os dados dos assentamentos criados em MT e MS, verificamos que parte da Reforma Agrária no período trata-se do reconhecimento de assentamentos já criados, como apresenta a tabela 9.

Em Mato Grosso, a principal forma de obtenção de terras para Reforma Agrária é o Reconhecimento[33], ou seja, se regularizou assentamentos municipais ou estaduais já existentes, dessa maneira, 43,3% (130) dos projetos com 49,7% (1.079.111) da área total, foram regularizados pelo INCRA. Assim, aproximadamente 50% dos projetos de Reforma Agrária, “criados” em Mato Grosso no período de 2000 a 2012, não promoveram diretamente a desconcentração fundiária. Portanto, não podem ser chamados de Reforma Agrária.

Diferentemente, em Mato Grosso do Sul, 90,24% das terras destinadas à Reforma Agrária foram obtidas por meio de Compra (58 propriedades) e Desapropriação (53 propriedades), totalizando 93,81% da área.

[33]Esse tipo de obtenção de terra consiste em "Projeto criado por Estado ou Município, reconhecido pelo INCRA, cujos beneficiários, uma vez selecionados pelos programas de acesso à terra, passam a ter os mesmos benefícios de assentados dos programas do Governo Federal, sendo devidamente identificados no INCRA através do SIPRA"(BRASIL, 2002).

Tabela 9 - MT e MS: Forma de obtenção de terras para criação assentamentos rurais (2000 a 2012)

MT			MS		
Obtenção	**Nº**	**Área (ha)**	**Obtenção**	**Nº**	**Área (ha)**
Reconhecimento	130	1.079.111	Compra	58	177.250
Desapropriação	110	764.585	Desapropriação	53	161.809
Arrecadação	46	261.678	Reconhecimento	11	20.869
Compra	12	59.834	N/I	1	1.499
Confisco	1	1.210			
Reversão de domínio	1	2.420			
TOTAL	**300**	**2.168.838**	**TOTAL**	**123**	**361.427**

Fonte: INCRA/DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Os números da Reforma Agrária em MT e MS reafirmam a ideia de redução das ocupações coincidir com o período de poucos assentamentos criados. Outra explicação para a redução das ocupações e famílias envolvidas na luta está no impacto dos programas sociais, como Bolsa Família, possibilitando a diminuição da pobreza extrema no país.

Segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre os anos de 2001 e 2011 a pobreza extrema no Brasil caiu 55%, assim, de certa forma, reduziu a necessidade da luta radical. O contexto de redução da pobreza no país amenizou os problemas sociais sofridos pelos trabalhadores.

No trabalho de base, os movimentos procuram encontrar pessoas com perfil de luta pela terra, que foram trabalhadores rurais, mas também aqueles trabalhadores urbanos, que sempre moraram na cidade, mas sonham com a vida e o trabalho familiar no campo. Como a conjuntura político-social mudou, algumas estratégias adotadas pelos movimentos também sofreram modificação a fim de possibilitar a organização das pessoas na luta pela terra. Por exemplo, flexibilizando as atividades e organização do acampamento, ou seja, para as pessoas continuarem a lutar por terra, os movimentos permitem que passem boa parte do dia, ou da semana, fora do (a vida no acampamento é um período muito sofrido). Consequentemente, estes constituem um grupo de acampados que não permanecem em período integral no acampamento. Trabalham na cidade e retornam ao final do dia ou nos finais de semana. Isso ocorre pelo fato dos

acampamentos não possuírem estrutura necessária para moradia e geração de renda.

A distribuição territorial das ocupações, outro elemento importante a ser considerado, revela as principais regiões de conflito de luta pela terra nos estados. Assim, em Mato Grosso, as regiões com maior número de ocupações são o Sul e o Norte. E em Mato Grosso do Sul, os conflitos se concentram na região Centro-Sul, como demonstramos no mapa 5.

Na região Norte de MT, destacam-se os municípios de Sinop (7 ocupações) e Cláudia (3 ocupações). No Sul de Mato Grosso, as ocupações são organizadas principalmente pelo MST, com destaque para os municípios de: Cáceres (9 ocupações), Rondonópolis (6 ocupações) e Jaciara (5 ocupações). Em Mato Grosso do Sul, destacam-se os municípios de Ponta Porã (18 ocupações), Rio Brilhante (14) e Sidrolândia (11), com os maiores números de ocupações, no período de 2000 a 2012.

Mapa 5 - MT e MS ocupações por município (2000 a 2012)

Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul há tendência semelhante no número de ocupações, exceto pelo ano de 2000, quando a luta se encontrava acirrada em MS resultante do significativo número (88) de ocupações. As regiões de concentração das ocupações de terras são as mesmas com maior índice de Gini da concentração fundiária (Mapa 2, página 34). Ou seja, há um embate entre movimentos socioterritoriais e latifundiários, apresentando-se como agronegócio.

Na região Norte de Mato Grosso, muitos municípios foram projetados e criados por ações de colonizadoras particulares. Posseiros e povos indígenas foram expropriados ao mesmo tempo em que trabalhadores de outras regiões migraram a procura de emprego e acesso à terra. Assim, parte dos municípios da região Norte de MT "nasceram" com intensos problemas sociais provocados pela concentração fundiária e exclusão de camponeses, povos indígenas, como no caso dos de Sinop e Jaciara.

A situação se agravou com a intensificação do agronegócio no Estado, monopolizando as terras e dificultando ainda mais a reprodução camponesa no campo. Desta maneira, o MST intensifica sua luta contra o agronegócio e pela Reforma Agrária no município de Sinop como afirma o dirigente do MST[34];

> […] Sinop hoje é o coração do agronegócio em Mato Grosso, por isso que a gente escolheu esse lugar para fincar a nossa bandeira, e ali como tem muitos pobres, pessoas que vieram do Sul e do Nordeste atraídos pela madeira, como acabou a madeira essas pessoas não tem como voltar pra suas regiões. Então essa região é um lugar favorável de fazer ação porque tem muitas pessoas que querem fazer a luta pela terra e também é o berço do agronegócio […]. (Entrevistado C).

Assim como em MT, os conflitos pela terra em MS gravitam em torno do processo de posse e concentração fundiária promovida pela política fundiária. A região Centro-Sul de MS, onde se concentram as ocupações, entre os anos de 2000 a 2012, possui na formação socioespacial, a expulsão de indígenas e camponeses concomitante a expansão do capitalismo no campo.

Quando analisamos as ocupações por movimento socioterritorial em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percebemos a diversidade dos movimentos na luta pela terra, como evidencia a tabela 8.

---

[34] Entrevista realizada em junho de 2014 na sede do MST em Cuiabá (MT).

O MST (33 ocupações) foi o protagonista das ocupações em Mato Grosso, acompanhado do MTAA (3) e Movimento indígena (2). Já em Mato Grosso do Sul, o movimento indígena realizou mais ocupações (58), seguido pelo MST (49) e CUT (39).

Tabela 8 - MT/MS: ocupações por movimento socioterritorial - 2000 a 2012

MATO GROSSO		MATO GROSSO DO SUL	
MOVIMENTO	**OCUPAÇÕES**	**MOVIMENTO**	**OCUPAÇÕES**
MST	33	INDÍGENAS	58
SEM INFORMAÇÃO	9	MST	49
MTAA	3	CUT	39
INDÍGENAS	2	CONTAG	25
MAB	1	SEM INFORMAÇÃO	11
MTR	1	MTR	8
		CPT	1
		FUVI	1
		FERAESP	1
		TERRA LIVRE	1

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Separando[35] as ocupações realizadas pelo MST e movimento indígena, chegamos ao mapa 6. O Mapa mostra a predominância do MST nas ocupações em Mato Grosso. Em Mato Grosso do Sul, observamos a presença do MST e movimento indígena na organização das ocupações na região Centro Sul.

[35] Para produzir o mapa 6 utilizamos apenas os dados referentes a ocupações realizadas pelo MST e movimento indígena, pelo fato destes serem os principais movimentos em MT e MS.

Mapa 6 - MT e MS: ocupações organizadas pelo MST e movimento Indígena (2000 a 2012)

O protagonismo da luta pela terra em Mato Grosso do Sul é dividido entre MST e movimento indígena. O Gráfico 8 mostra o protagonismo destes movimentos em períodos distintos. O primeiro período vai de 2000 a 2004 e tem o MST como o principal movimento na organização das ocupações no Estado. A partir de 2004 até 2012, o movimento indígena assumiu o protagonismo da luta pela terra em MS.

Gráfico 8 - MS: ocupações do MST e movimento indígena de 2000 a 2012

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

A ascensão da luta indígena em MS, no período estudado é resultado da luta histórica destes povos à invasão de seus territórios, acentuada atualmente pelo avanço dos plantios de soja e cana.

> No que diz respeito aos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, os guaranis vêm lutando pela recuperação de seus territórios desde a década de 1970. Os acampamentos nas rodovias ou ocupações em propriedades onde se localiza seu tekohá têm sido a principal forma de luta. Dos enfrentamentos e das precárias condições de vida, muitas mortes, agressões e violências os tem acometido, evidenciando a forma com que a questão agrária é tratada no Estado. (MIZUSAKI, 2014, p.99).

As ocupações indígenas entre os anos de 2000 e 2012, em Mato Grosso do Sul, ocorreram na região Centro-Sul, como apresentamos no mapa 7. Esta é a

região onde os territórios indígenas foram mais atingidos pela política fundiária, desde o monopólio da Matte Larangeira, pelas ações do SPI, passando pela criação da CAND e o avanço do agronegócio.

As ações dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra não se limitam a ocupação. Novas estratégias são desenvolvidas, entre elas, a manifestação e suas diferentes tipologias. Na manifestação, o movimento procura obter respostas rápidas as suas reivindicações, e a cidade se mostra importante neste processo.

> Agora a ocupação de terras é insuficiente para enfrentar o modelo do agronegócio. Por isso, além das ocupações, o MST deve desenvolver novas formas de luta, que envolvam todos os camponeses e outros setores da sociedade interessados em mudar esse modelo de exploração agrícola, que agride o ambiente e produz alimentos contaminados. (STÉDILE, 2010, p. 1).

3.2 Manifestações em MT e MS e a relação campo-cidade

A espacialização da luta pela terra é constante, ela é parte do processo de luta e resistência no campo dos sem terra e povos tradicionais. Nessa perspectiva, os movimentos socioterritoriais lutam pela Reforma Agrária e também por políticas públicas que os protegem minimamente da subordinação da renda ao capitalista.

Suas ações de mobilização coletiva contribuem para que os povos do campo se identifiquem como sujeitos construtores da história (consciência de classe). A consciência de classe é fundamental para a criação de espaços de resistência em diversas partes do território (FABRINI, 2005).

A manifestação é uma importante ação dos movimentos na luta pela terra, pois tem por finalidade dialogar com a sociedade sobre os problemas no campo e exigir diretamente dos órgãos responsáveis, soluções para seus problemas e, ao mesmo tempo, contribui na construção da consciência de classe entre os manifestantes.

> As manifestações, nas suas mais variadas formas, são um termômetro dos conflitos em que estão envolvidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, do descaso da Justiça e das autoridades maiores deste País com aqueles que diariamente lutam para que o pão esteja presente na mesa de todos. Por outro lado, elas mostram a vitalidade das populações camponesas e suas organizações que querem ser ouvidas e respeitadas e exigem uma nova ordem no campo. (MOTTA, 2007, p.175).

Assim, as manifestações do campo e que ocorrem em sua grande maioria nas cidades, são para os movimentos socioterritoriais uma importante estratégia na luta contra a agricultura capitalista e por Reforma Agrária. O modelo de agricultura capitalista hegemônico se reproduz no campo e na cidade e, para tanto, o modo de produção solda a cidade e o campo em uma unidade dialética, pois:

> [...] com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e urbano, unificando-os numa unidade dialética. (OLIVEIRA, 1991, p.26).

Contudo, essa soldagem não elimina as diferenças entre cidade e campo, mas, ao contrário, as provoca (ALENTEJANO, 2003). Também:

> O espaço rural e o espaço urbano serão concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. O que se fará com base no conceito de divisão social do trabalho, considerando-se a influência da lei do desenvolvimento desigual e combinado. (MARQUES, 2002, p.105).

Nossa concepção é de que a cidade e o campo constituem um território que se conecta com outros territórios por meio das relações de diferentes sujeitos, sejam econômicos ou sociais (LEMOS, 2008). O agronegócio, como parte do modo capitalista de produção, atua em todo território brasileiro, abrangendo o campo e a cidade, como visto nas cidades especializadas no agronegócio.

> No agronegócio a configuração do circuito produtivo da atividade agrária, pode ser analisada a partir das interações espaciais realizadas antes da unidade produtiva (Antes da porteira - cuja base territorial é a cidade). Dentro da unidade produtiva (Na porteira – cuja base territorial é o campo). Pós unidade produtiva Antes da unidade produtiva (Pós-Porteira). (ARRUDA, 2007, p.27).

O agronegócio não ocorre apenas no campo e, sim, no território, envolvendo o campo e a cidade. De toda forma, o agronegócio não só intensifica as relações de base econômica entre o campo e a cidade, mas, ganha também, a dimensão das suas contradições sociais, resultantes do caráter concentrador de riqueza (principalmente de terra no campo) e produtor de miséria (no campo e na cidade),

desdobrando-se na reação dos movimentos socioterritoriais do campo que marcham pelas cidades.

No território em disputa, os poderes político e financeiro localizam-se historicamente na cidade. Logo, o modo de produção capitalista no campo (agronegócio) gera contradições e conflitos que refletem na cidade, principalmente pela atuação deste poder e, contraditoriamente, dos movimentos socioterritoriais por meio das manifestações (MELO; NARDOQUE, 2014).

Os dados do DATALUTA (gráfico 9) apresentam a dinâmica das manifestações ocorridas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, durante o período de 2000 a 2012. O número de manifestações nos estados apresenta tendência semelhante, exceto as variações maiores ocorridas nos anos de 2003 (67) e 2011 (66), em Mato Grosso, e 62 manifestações, em 2005, em Mato Grosso do Sul.

Gráfico 9 - MT/MS: manifestações pelos movimentos socioterritoriais do campo (2000 a 2012)

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Ao contrário das ocupações em decréscimo, as manifestações em MT e MS se mantiveram constantes ao longo do período estudado. Isso significa que a luta pela terra não diminuiu, houve mudanças nas estratégias adotadas pelos movimentos socioterritoriais.

Das manifestações ocorridas em Mato Grosso (179 ações), o MST foi protagonista, seguido pelo Movimento Indígena (61) e CONTAG (49), como demonstra a Tabela 6.

Tabela 6 - MT: número de manifestações por movimento social – 2000 a 2012

NOME/SIGLA DA ORGANIZAÇÃO	MANIFESTAÇÕES
MST	179
MOVIMENTO INDÍGENA	61
N/I	49
CONTAG	49
MTAA	33
MOVIMENTOS CONJUNTOS	20
MAB	14
VIA CAMPESINA	13
CPT	7
PRELAZIA	3
ATR	2
POSSEIROS	2
APROCEL	1
ASTELIRA	1
CMTRCR	1
CONATRAE	1
COTREC	1
FPPMG	1
FTPV	1
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS 13 DE OUTUBRO	1
MPA	1
MSTR	1
TOTAL	442

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Na tabela 7 registramos, de forma detalhada, a participação dos diferentes movimentos socioterritoriais como organizadores das manifestações em Mato Grosso do Sul. Como é possível verificar na tabela, o MST aparece como o principal organizador de manifestações (100), seguido pelo Movimento Indígena (81) e pela CONTAG (77).

Tabela 7 - MS: número de manifestações por movimento social – 2000 a 2012

NOME/SIGLA DA ORGANIZAÇÃO	MANIFESTAÇÕES
MST	100
MOVIMENTO INDÍGENA	81
CONTAG	77
MOVIMENTOS CONJUNTOS	66
N/I	34
CUT	13
MTR	4
FUVI	2
VIA CAMPESINA	2
CPT	1
ANMTR	1
CIMI	1
FTR	1
TOTAL	383

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Ressaltamos a diversidade de movimentos organizadores de manifestações nos estados de MT e MS, principalmente movimentos ligados a sindicatos, lutando por direitos trabalhistas. O principal movimento atuante nestes estados, o MST, tem suas propostas para mudanças da sociedade bem definidas, assim como sua forma de atuação. Tornar público problemas e reivindicações, por meio das manifestações nas cidades, é uma estratégia, pois nelas se concentram o poder político e a presença da mídia amplia o alcance espacial da luta.

Nesse contexto, a cidade, enquanto espaço das decisões políticas, é o principal local das manifestações. No gráfico10, apresentaremos as tipologias das manifestações do campo entre os anos de 2000 e 2012 em MT e MS.

O bloqueio de rodovia aparece como a principal forma de manifestação em Mato Grosso (164 bloqueios), seguidos de 162 ocupações de prédios públicos. De forma muito semelhante, em Mato Grosso o bloqueio de rodovia (177) é a principal forma de pressão exercida pelos movimentos do campo, seguido pela ocupação de prédio público (132).

Gráfico 10 – MT e MS: número de manifestações por tipologia – 2000 a 2012

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

No gráfico 10, observamos o bloqueio de estrada/rodovia como a principal ação dos movimentos em Mato Grosso do Sul. Essa estratégia consiste em bloquear o fluxo de veículos ou, parte dele, em estradas e rodovias, como mecanismo de pressão do movimento para divulgar sua luta e propostas à população e, ao mesmo tempo, negociar com o governo as suas reivindicações.

A similaridade das tipologias é resultado das estratégias adotadas em nível nacional. Todavia, as ações variam de acordo com a necessidade do movimento, como afirma o dirigente[36] do MST (MS).

> Desde a ocupação de prédio público e a tranca da rodovia é uma estratégia, depende do momento, daquele tipo de reivindicação. Ocupar prédio público, não simplesmente porque é público, qualquer prédio público serve? Não. Não é qualquer órgão público que serve, depende do momento. Quando se trata de algumas questões da terra, desapropriação, aquisição de terra muitas vezes o INCRA é foco, que acaba sendo o órgão mais ocupado [...].
> [...] Agora quando a gente vai ao órgão público para conversar com o gestor na questão das reivindicações, tá relacionado com a reivindicação que nós queremos. Quando nós queremos reivindicar uma desapropriação de terra, uma aquisição de terra, problemas em questão dos assentamentos, nós vamos para o INCRA. Mas, muitas vezes nós ocupamos o Ministério da Fazenda porque era o órgão que estava segurando a liberação dos créditos, é o órgão que libera o recurso pro banco liberar o crédito. Se é esse órgão, então, a nós

[36] Entrevista realizada em maio de 2014, na sede do MST em Campo Grande (MS).

> interessa pressionar que esse órgão resolva nosso problema. (Entrevistado D).

As ocupações dos espaços públicos são definidas de acordo com os objetivos a serem atingidos por aquela ação do movimento. E acontecem na cidade, porque é o lócus das instituições representativas do poder de vários segmentos (Bancos, Prefeitura, INCRA, entre outros). Ocupam prédios públicos quantas vezes forem necessárias até serem atendidos em suas reivindicações como pode ser observado na notícia publicada no jornal Correio do Estado, de Campo Grande, no dia 24 de maio de 2012.

Figura 17 - Jornal Correio do Estado: ocupação do INCRA

REFORMA AGRÁRIA

CUT e FAF fazem o protesto da vez no Incra da Capital

Pela 3ª vez, num intervalo de um mês, movimentos ligados aos sem-terra promoveram manifestos em frente à sede do Incra. Ontem pela manhã, ao menos 150 pessoas ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Federação da Agricultura Familiar (FAF) fizeram concentração em frente ao prédio do órgão. Já houve protestos do MST e da Fetagri por causa da paralisação na reforma agrária. (Celso Bejarano)

Fonte: Correio do Estado, 2014.

A ocupação de prédio público, sobretudo do INCRA, é a principal forma do movimento espacializar sua luta para pressionar, diretamente, o órgão responsável pela Reforma Agrária.

Portanto, a ocupação;

> […] de determinados espaços políticos é fundamental para manter a negociação. A pressão organizada é uma forma eficiente para dar movimento à pauta de negociação. É criadora de fatos e novas realidades, é a exposição pública do problema agrário e os conflitos que lhe são próprios. É dimensionar a luta pela terra na cidade, mostrando a importância e a necessidade da resolução do problema agrário. (FERNANDES, 1999, p.65).

A manifestação é uma forma de criar espaços de luta e resistência, é a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos (FERNANDES, 1994). Os principais objetivos das manifestações dos movimentos socioterritoriais durante os anos de 2000 a 2012, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estão ligados à desapropriação de terras e Reforma Agrária, seguidos por questões indígenas, como apresenta a tabela 8.

A maior parte das manifestações em MT e MS, durante o período estudado, objetivou a desapropriação de terras para a Reforma Agrária: 307 manifestações em MT e 278 em MS. A segunda pauta das manifestações se refere às questões indígenas, entre elas a demarcação de suas terras, de competência Governo Federal e FUNAI. Recursos para produção e estruturação dos lotes, política agrícola e infraestrutura, estão em terceiro lugar na pauta das manifestações. Por fim, reivindicações por água, saneamento básico e saúde em geral.

Tabela 8 - MT e MS: manifestação por temas (2000 a 2012)

REIVINDICAÇÃO	MT	MS
Terra/desapropriação/Reforma Agrária	307	278
Questão indígena	47	68
Recursos/política agrícola/infraestrutura	16	10
Água/Saneamento básico/ Saúde	29	6
Não informado	12	8
Contra violência	3	5
Trabalhista	6	0
Questões Ambientais	22	0
Temática	0	4
Cesta básica	0	4
TOTAL	442	383

Fonte: DATALUTA, 2014. Organizado pelo autor.

Quando mapeadas, as manifestações apresentam cidades politicamente importantes para os movimentos socioterritoriais do campo em Mato Grosso e Mato

Grosso do Sul. Normalmente, as cidades com sede de órgãos públicos de decisão e com importantes veículos de comunicação de massa, formadores de opinião, são as de concentração de manifestações.

No mapa 7, Cuiabá (139 manifestações) aparece como a cidade escolhida para as manifestações, seguida de Cáceres (39) e Rondonópolis (24). Estas são as principais sedes de municípios onde ocorrem as manifestações no Mato Grosso. Campo Grande com 81 manifestações, seguido de Dourados (69) e Itaquiraí (24) - concentram as manifestações em Mato Grosso do Sul.

Mapa 7 - MT e MS manifestações do campo (2000 a 2012)

Apesar das manifestações em MT ocorrerem, principalmente nas cidades de Cuiabá e Cáceres, segundo o responsável[37] pelo setor "Frente de Massa" [38] do MST, o movimento passa por mudanças nas estratégias de luta. Deste modo, adotou os bloqueios de rodovias como principal estratégia de luta na cidade, devido às ocupações de prédios públicos não alcançarem os objetivos esperados pelo movimento.

> […] bloqueio de rodovia cresce muito porque os prédios públicos não está dando mais resposta, por isso vai surgir aonde vai dar resposta, então para dar resposta hoje nas lutas do movimento seria trancar rodovia, daí você tranca rodovia pra nós do MST é uma situação crucial, porque você trancar uma rodovia você cria uma antipatia com a sociedade, muitas vezes o governo não resolve esse problema […] (sic). (Entrevistado C).

O relato[39] do dirigente do MST de MS aponta que, muitas vezes, os efeitos do bloqueio de rodovia são contraditórios, pois tanto podem angariar apoios da sociedade como rejeição ao movimento. Mesmo assim, é ação necessária, mesmo colocando a sociedade contra o movimento. Neste sentido, as mobilizações são estrategicamente pensadas para atingirem seus objetivos com (ou sem) apoio da sociedade.

> Então muitas vezes, ah, trancou a BR para prejudicar! Não, não é essa a intenção, a intenção é dialogar com a sociedade, para que a sociedade saiba o motivo pelo qual aquela ação está sendo feita. Paramos o trânsito e vamos dar essas informações e às vezes distribuímos materiais escritos, já teve ações da gente parar o trânsito e distribuir produtos da Reforma Agrária, para mostrar que a gente produz e informar os usuários daquela BR o que está acontecendo. Mas em momento algum uma ocupação numa estrada, uma manifestação numa rodovia, uma paralisação na rodovia ela vem impedir o cidadão de ir e vir. Não é! Jamais nós queremos impedir os cidadãos de ter o direito de ir e vir, nós queremos parar o cidadão pra informar pra ele o que nós estamos reivindicando. (Entrevistado D).

Em Mato Grosso do Sul, Campo Grande e Dourados têm os números mais elevados de manifestações, justamente pela centralização de órgãos políticos e dos

---

[37] Entrevista realizada em junho de 2014 na sede do MST em Cuiabá (MT).

[38] Denominação dada ao integrante do movimento que participa ativamente das mobilizações à frente dos manifestantes.

[39] Entrevista realizada em maio de 2014 na sede do MST em Campo Grande (MS).

principais meios de comunicação do Estado, fator primordial na luta. A localização do INCRA (Superintendência Regional) em Campo Grande, e sua unidade avançada em Dourados, possibilitaram a concentração das manifestações, assim como a sede da FUNAI em Dourados, local de intensas manifestações dos movimentos indígenas do Estado. No entanto, Itaquiraí (MS) se destaca com o número de manifestações, não por ser um importante centro político, mas sim, pela grande quantidade de camponeses assentados e em acampamentos.

Além das ocupações em prédios públicos, o movimento indígena realiza bloqueios de rodovias como forma de lutar e dialogar diretamente com o Estado, como destacado na figura 18.

Figura 18 - Jornal Folha do Estado: notícia manifestação indígena

AMEAÇAM QUEIMAR PONTES

Índios protestam na BR-163

Fonte: Jornal Folha do Estado, 2011 (impresso).

A BR-163 é uma importante rodovia para o fluxo de mercadorias e pessoas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois o agronegócio se expandiu ao longo da rodovia. Acompanhado de desigualdade e conflitos de camponeses e povos tradicionais expulsos, durante este processo.

O Movimento indígena procura, assim como os outros movimentos, chamar a atenção para a realidade vivida, denunciando problemas de moradia, saúde e educação. A urgência por soluções evidencia-se pela preocupante estatística apresentada por Brand (2012, p.104).

> Informações divulgadas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena, DESEI-MS, da Secretaria Especial de Saúde Indígena, SESAI, do Ministério da Saúde, entre os anos de 2000 e 2011 ocorreram, no Mato Grosso do Sul, um total de 555 casos de suicídios entre índios, sendo que 99% dos casos ocorreram entre os Guarani e Kaiowá e 70% eram de pessoas entre 15 e 29 anos. O mesmo relatório registra para os últimos dez anos um total de 317 homicídios entre indígenas, no Mato Grosso do Sul, sendo 39, em 2011.

O movimento indígena intensifica sua luta, sendo um dos principais responsáveis pelas mobilizações nos estados. As manifestações do campo nas

cidades e rodovias comprovam a unidade contraditória entre estes dois espaços (campo e cidade), pois contêm em seu cerne intensas contradições inerentes ao capitalismo.

Para Fernandes (1994, p.180), "A solução política da luta pela terra começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar onde será desenvolvida a negociação sobre o problema apresentado pelos trabalhadores". Portanto, a manifestação é importante elemento na discussão da luta pela terra e na relação campo-cidade, no sentido de entender o processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, gerador de riqueza e produtor de miséria e de conflitos sociais intensos.

3.3 No chão da luta: histórias de espacialização da luta pela terra em MT e MS

As particularidades da luta pela terra em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram decifradas pelo trabalho de campo. No chão da luta, a leitura dos “números” assume conteúdo e os sujeitos acampados apresentam seus sonhos e suas histórias. Nessa perspectiva, nos interessa, sobretudo, compreender além da forma dos acampamentos, no sentido de humanizar e conhecer o conteúdo da luta pela terra.

O acampamento marca o processo de transição entre o território do capital e o território camponês. As relações entre os acampados e as dificuldades enfrentadas preparam para os novos desafios que encontrarão no futuro assentamento. Assim, mesmo com a territorialização do camponês, o território do assentamento continua em disputa, principalmente pelo avanço do capital. Nesse contexto, no acampamento, os camponeses enfrentam dificuldades desde sua organização coletiva a própria resistência no local diante da falta de estrutura. Por isso, nos acampamentos organizados pelo MST, trabalha-se a solidariedade pensando como futuros assentados e, de modo particular, é dada ênfase ao cooperação entre os acampados.

Como exercício prático da organização, diariamente, é exigida dos acampados, a responsabilidade nas atividades desenvolvidas no acampamento. Segundo Fernandes (1999, p.293).

> [...] os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento.

A organização e cooperação entre os acampados são fundamentais para a continuidade do acampamento e, por conta disso, alguns acampamentos resistem há anos, como no caso do Silvio Rodrigues[40], resultante da ocupação da fazenda São Paulo, em 22 de abril de 2003, na cidade de Mirassol d'Oeste (MT).

A notícia[41] de uma nova ocupação, no ano de 2003, em Mirassol d'Oeste, atraiu famílias de toda região, e nos primeiros meses o acampamento contava com 1.200 famílias, ultrapassando 3.000 pessoas acampadas. Inicialmente, a organização do acampamento priorizou a segurança das famílias, designando vigilantes e construindo guaritas.

Após muita luta, a fazenda São Paulo foi desapropriada e destinada a Reforma Agrária, mas os acampados aguardam há quatro anos o laudo do Projeto de Desenvolvimento de Assentamento (PDA). O PDA é o relatório essencial para a realização da Reforma Agrária, apontando as potencialidades do local e das famílias acampadas, para o planejamento e desenvolvimento do assentamento. Atualmente, as famílias participam de cursos de planejamento e produção oferecidos pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), além do trabalho de base do MST.

Na estrutura dos acampamentos, os barracos são construídos lado a lado para se proteger do frio e para facilitar a segurança das famílias, como foi inicialmente no Silvio Rodrigues. Porém, ao longo do tempo, a necessidade de produzir alimentos fez com que os acampados construíssem barracos mais distantes, para cultivarem pequenas hortas, como se pode observar na figura 19:

---

[40] Comumente, os nomes dados aos acampamentos são em homenagem aos trabalhadores mortos na luta pela terra, nesse caso, Silvio Rodrigues, militante do MST, assassinado em uma emboscada no município de Rio Brilhante (MS).

[41] Informação obtida durante trabalho de campo em Mirassol d'Oeste no mês de junho de 2014.

Figura 19 - Cáceres (MT): horta na área central do Acampamento Silvio Rodrigues

Fonte: Trabalho de campo em junho de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

Nas pequenas lavouras, os acampados produzem milho, mandioca, amendoim e hortaliças para autoconsumo, além da criação de pequenos animais. Alguns acampados comercializam derivados de sua produção (farinha de mandioca e doces), garantindo parte da renda. Outra fonte é o trabalho temporário em fazendas vizinhas e em cidades da região.

Histórias de luta não faltam nesses treze anos de acampamento, superação do alcoolismo, constituição de famílias, crianças que chegaram pequenas e estão concluindo a Educação Superior. Contudo, a longa espera pela Reforma Agrária e as poucas condições de moradia refletem diretamente na saúde dos acampados. Em entrevistas, muitos alegam problemas depressivos, assim notamos um desgaste físico-mental provocado pela lentidão do Estado na realização da Reforma Agrária.

Presente na maioria das mobilizações do MST no Estado de Mato Grosso, a acampada “E” é símbolo da luta pela terra, e sua foto em uma caminhada é uma das estampas popularizadas nas camisetas do movimento. Acampada, relata[42] a expectativa da espera do laudo do PDA, pré-requisito para formação do assentamento, e o sofrimento dos anos de luta.

[42] Entrevista realizada em junho de 2014 no acampamento Silvio Rodrigues em Mirassol D’oeste (MT).

> A gente ora pedindo a Deus, pra Deus entrar com providência, pra isso aqui saia, o corte disso aqui para cada qual cuidar da sua vida, porque o tempo já passou demais, e a gente sofre vendo a situação dos companheiros. Então estamos aqui lutando no dia-a-dia vamos ver até onde a gente pode continuar a vida desse jeito.
> Pra mim vai ser um orgulho eu pegar um pedaço de terra, vai ser um orgulho muito grande, o que a gente já batalhou já pelejou, então eu acho que a única solução é a gente ter um pedaço de terra, uma casa, você ter sua roça, você criar seus bichinho né? E é um sonho que eu já tenho há muito tempo desde lá da Serra de Cuiabá (Entrevistada E).

A acampada esteve presente em boa parte da história do acampamento, participou do grupo que deixou a fazenda São Paulo para acampar em novas áreas nos municípios de Cáceres e Mirassol d'Oeste. A divisão e saída de algumas famílias ocorreram pelo fato de o acampamento Sílvio Rodrigues receber grande número de famílias, e a divisão possibilitaria novas ocupações e, consequentemente, pleitear outra área para as famílias.

Dessa maneira, um grupo deixou o acampamento Sílvio Rodrigues e seguiu luta, realizando ocupações. As ocupações organizadas pelo novo grupo eram seguidas de reintegração de posse. Após uma reintegração na madrugada, as famílias caminharam pela rodovia BR-070, sentido à cidade de Cáceres (MT). Durante a caminhada, um atropelamento tirou a vida de Kássio Ramos, filho de acampados. Os pais de Kássio retornaram ao acampamento Sílvio Rodrigues e continuam, até o presente momento, lutando pela terra.

Em nova ocupação, na fazenda Rancho Verde, em Cáceres (MT), no ano de 2007, Kássio Ramos foi homenageado dando nome ao novo acampamento com 70 famílias. Neste acampamento, conhecemos a história de um acampado, cuiabano, que trabalhou nos grandes centros (São Paulo e Rio de Janeiro) como garçom, onde aprendeu a língua francesa. Voltando para Cáceres, trabalhou e trabalha como coletor de materiais recicláveis. O preço do aluguel na cidade, acima de suas possibilidades, fez com que o acampado aceitasse o convite para participar da ocupação que originou o acampamento Kássio Ramos.

No acampamento, durante uma reunião entre os acampados e a coordenação do MST, foi proposto que os acampados sugerissem ideias para contribuir no dia-a-dia. Preocupado com a educação dos jovens acampados, o acampado construiu a única biblioteca que se tem notícia em área de acampamento (figura 20).

Figura 20 - Acampamento Kássio Ramos: biblioteca

Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

A biblioteca recebeu doações de livros e materiais. Nas palavras[43] do acampado:

> [...] Eu fui o idealizador do projeto da biblioteca, como eu tenho muito conhecimento lá fora com órgãos públicos com pessoas, eu tenho muitos clientes aqui, então quando eu conversei com o pessoal da coordenação, com o grupo todo, falei assim: Vocês me autorizam a montar a biblioteca? É a primeira biblioteca dentro de um acampamento, não assentamento, então para nós foi um ênfase maior. E eu comecei a trabalhar pra construir isso, consegui a lona o espaço, cada um ajudou em alguma coisa. (Entrevistado F).

A sensibilidade, e persistência, deste acampado desconstrói a imagem pejorativa de “gente ignorante” atribuída aos trabalhadores na luta pela terra. Embora o número de assentamentos criados seja desproporcional ao tamanho da luta dos movimentos, os acampamentos Sílvio Rodrigues e Kássio Ramos são exemplos de luta, é batalha histórica por justiça social regida pela esperança de mudança no campo em Mato Grosso.

Em Mato Grosso do Sul, às margens da BR-487 Juti (MS) a Ponta Grossa(PR), próximo ao entroncamento com a BR-163 no município de Itaquiraí,

[43] Entrevista concedia no mês de junho de 2014 no acampamento Kássio Ramos.

encontramos no acampamento Antônio Irmão, parte desta diversidade da luta pela terra nos Estados de MT e MS.

A concentração de terras da região é resultado do processo de apropriação capitalista da terra resultante da política fundiária, no qual a Cia. Matte Larangeira controlou imensas áreas que, posteriormente, capitalistas se apropriaram, objetivando lucrar com a venda das mesmas (FABRINI, 2005). Vale ressaltar, a presença do grande número de trabalhadores migrantes de regiões "velhas", como do Nordeste, em busca de trabalho, compondo junto com camponeses e indígenas grupos de excluídos na luta pela terra (FABRINI, 2005).

> É nesse contexto de expropriação, expulsão do trabalhador arrendatário, parceiro e do peão, devido principalmente ao processo de concentração fundiária e a desigual distribuição da terra, que vamos encontrar a origem dos conflitos pela terra no sul de Mato Grosso do Sul e no município de Itaquiraí. (FABRINI, 1995, p.64).

O acampamento Antônio Irmão, criado em 2009, possuiu 600 famílias; atualmente o número é menor, 130 famílias estão acampadas às margens da BR-487 (figura 21). O acampamento leva o nome de um dos dezenove assassinados no massacre[44] de Eldorado dos Carajás (PA) em 1996.

[44] Em 17 de abril de 1996, durante uma manifestação em Eldorado dos Carajás (PA), camponeses foram assassinados pela polícia militar.

Figura 21- Acampamento Antônio Irmão: vista do acampamento

Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

O acampamento ganhou repercussão nacional em 2010, quando Brasiguaios expulsos por camponeses paraguaios e fazendeiros se instalaram no acampamento Antônio Irmão. Os Brasiguaios são brasileiros, principalmente sulistas, que migraram para o Paraguai, a partir de 1970, em busca de emprego e terras baratas em área de fronteira[45], no entanto, é necessário ressaltar a presença de capitalistas brasileiros, estabelecidos no país.

[45]A apropriação de terras paraguaias por capitalistas e camponeses, se intensificou nas décadas de 1960 e 1970 devido à expansão do agronegócio no Brasil e a consequente expropriação dos camponeses, aliado à aproximação dos governos brasileiros e paraguaios com o objetivo de ocupar a região de fronteira entre os países. Nesse sentido, "o governo paraguaio também revogou, em 1967, uma lei que limitava a aquisição de terras por parte de estrangeiros na faixa de fronteira, permitindo que estas terras fossem apropriadas por eles." (FABRINI, 2012, p.4).

> Os fazendeiros brasileiros que se dedicam à produção de soja são denominados pelos meios de comunicação no Brasil de brasiguaios. No entanto, existe significativa diferença entre fazendeiros brasileiros do agronegócio no Paraguai e brasiguaios, verificada principalmente pela condição social, política e econômica. Embora existam conflitos de identidades ou nacionalidade no espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, observa-se que eles são derivados do contexto de apropriação dos meios de produção do qual se destaca a terra. (FABRINI, 2012, p.5).

A fragilidade nos títulos de terras possibilitou o avanço do movimento sem terra paraguaio, resultando muitas vezes em conflitos com camponeses brasileiros.

> A precária e frágil institucionalização, a ausência do Estado na garantia de direitos e, principalmente, as irregularidades na documentação das terras, fatores determinantes, senão os principais, na expulsão de muitas famílias do Paraguai. São inúmeros os casos de pequenos agricultores que compraram "direito de posse" ou adquiriram de boa-fé terras "griladas", com documentação de propriedade sem validade jurídica e não reconhecida pelos órgãos oficiais paraguaios. (FABRINI, 2012, p.4).

Neste impasse, muitos brasiguaios retornaram ao Brasil em busca de acesso à terra por meio dos movimentos sociais. Migrante do Estado do Espírito Santo para o Paraguai, em 1977, o acampado, expõe[46] sua história, semelhante a muitos outros brasiguaios:

> Sou de Mucuruci no Espírito Santo, dai em 1977 meus pais foram para o Paraguai e ficamos até 2009 quando eu vim pra cá [acampamento].Eu trabalhei 11 anos com um patrão só, em 11 anos eu consegui comprar um sitio, eu comprei com muito sacrifício, pai de 7 filhos, só que dai eu não dei muita sorte, quando estava com 5 anos que eu tinha comprado, veio essa nova lei, trocou de governo no Paraguai, deu essa revolução e eu perdi tudo.(Entrevistado G).

Apesar de viverem em condições precárias, sem energia, água de qualidade ou saneamento básico, os brasiguaios ao virem para o Brasil na luta pela terra, conquistaram, com a ajuda do MST, a cidadania, pois muitos não possuíam documentos de identificação (certidão de nascimento, RG e CPF).

Para sustentarem suas famílias, os acampados realizam trabalhos temporários em fazendas vizinhas e criam pequenos animais (galinhas e porcos).

---

[46] Entrevista realizada em agosto de 2014 no acampamento Antônio Irmão em Itaquiraí (MS).

Há jovens e crianças, trabalhando e/ou estudando nas cidades vizinhas. Existe uma escola no acampamento (figura 22), mantida pela prefeitura de Itaquiraí. Construída com madeira e lona, a escola possui duas salas de aula, um refeitório e uma cozinha. Nela, trabalham uma professora e uma cozinheira, ambas acampadas, lecionando para alunos do primeiro ao quarto ano do Ensino Fundamental, em salas multisseriadas.

Figura 22 - Acampamento Antônio Irmão: escola

Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2014. Foto Danilo Souza Melo (2014).

A estrutura precária faz com que as aulas sejam suspensas durante dias de chuva, pois a escola fica alagada. A escola é apenas um exemplo das dificuldades enfrentadas pelos acampados, outra dificuldade, é o acesso à água que se faz por meio de poços ou comprada nas cidades: "Se a gente quer tomar uma água, tem que ir lá em Itaquiraí ou lá em Naviraí. Ou tem que ligar pra uma pessoa que vende gelo, uma barra de sete reais pra dividir com 5 famílias" (Entrevistado G). O acampado ressalta ainda, como todos os acampados em luta em Mato Grosso e

Mato Grosso do Sul, o desejo de conquistar um pedaço de terra e melhores condições de vida.

> O sonho desse brasileiro, desse capixaba, é um dia, se Deus quiser é voltar a ter o que ele tinha na vida. De ter um cantinho a casa dele, uma geladeira, porque a vida aqui nos últimos tempos está muito difícil [...] mas o sonho nosso é um dia ter um lugar para morar [...]. (entrevistado G).

Os acampamentos Sílvio Rodrigues, Kássio Ramos e Antônio Irmão dão carne, osso e sentimentos aos números registrados das ações de ocupação e manifestação, são exemplos de luta e esperança presentes nos campos Matogrossense e sulmatogrossense. Suas histórias tiram da invisibilidade a luta histórica dos pobres da terra, realidade feita de teimosia secular em meio a muita dificuldade. Nesse sentido, a Reforma Agrária é mais que pressupostos econômicos para o desenvolvimento da agricultura no país, a Reforma Agrária é a realização da justiça social no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões realizadas durante o estudo sobre a **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 2000 a 2012** nos permite apontar questões a respeito da luta pela terra nestes estados. Entretanto, não pretendemos ter "a palavra final" sobre a temática, mas, sim, contribuir nas discussões e elaboração de políticas públicas, atenda camponeses e povos tradicionais envolvidos na luta pela terra.

Mas este estudo não serve apenas aos camponeses, ele nos proporcionou o amadurecimento teórico e metodológico na análise da questão agrária. A experiência adquirida durante os trabalhos de campo nos acampamentos é imensurável, assim como a mudança na concepção dos "números" sobre a luta pela terra. A relação entre o tempo das ações dos movimentos é outro aspecto a ser considerado, pois percebemos a “sina” do pesquisador como assinalou (GRZYBOWSKI,1987), de tentar parar o que se move. Neste sentido, a pesquisa objetivou compreender a dinâmica da luta pela terra em um período de 13 anos, buscando neste intervalo de tempo construir esta análise, todavia a luta continua.

A análise da dinâmica da luta pela terra revela que, apesar dos números sobre ocupações indicarem redução, a luta em MT e MS não está acabada, pelo contrário, percebemos a mudança de estratégia dos movimentos socioterritoriais diante da atual conjuntura de paralisação da Reforma Agrária. Desta maneira, as manifestações do campo realizadas nas cidades e rodovias foram constantes e, segundo os trabalhos de campo, são consideradas eficientes para atingir as reivindicações imediatas.

O referencial teórico revela que a questão agrária, nos estados estudados, tem, em seu cerne, problemas sociais históricos originados na formação socioespacial somados às contradições inerentes à expansão atual do capitalismo no campo.

> [...] o campo brasileiro vai, no seio das contradições do desenvolvimento capitalista no país, forjando sua unidade de luta na diversidade das suas origens. É pois este o caminho para sua compreensão e entendimento: diverso e contraditório. (OLIVEIRA, 1994, p.55).

A apropriação capitalista da terra, com a regularização via grilagens, formando latifúndios e, consequentemente, expulsando camponeses e indígenas, ocorreu por meio da política fundiária. Esta política via programas de desenvolvimento (como POLOCENTRO, entre outros), criou infraestrutura necessária para a instalação de grandes empreendimentos agropecuários, que, impulsionados pela intensa mudança da base técnica durante a Revolução Verde, na década de 1970, se metamorfosearam em agronegócio.

Esse ambiente propiciou a monopolização e territorialização do capital no campo, fazendo do agronegócio a principal frente econômica dos estados de MT e MS. Destacam-se neste contexto, cidades criadas e estruturados na lógica da expansão do capitalismo, chamados de "cidades do agronegócio". Os municípios de Sapezal (MT) e Chapadão do Sul (MS) evidenciam a organização destas cidades para atender a produção do campo (agronegócio) e, contraditoriamente, espelhar suas insustentabilidades.

Nestas cidades, há infraestrutura, com silos de armazenagem, empresas de produtos agrícolas e trabalhadores especializados. Contudo, os municípios, ao dependerem do agronegócio, se revelam vulneráveis a crises econômicas. Outra fragilidade está no abastecimento de alimentos, motivado pela falta de pequenas propriedades. Em seus relatos, moradores demonstraram preocupação com o uso intensivo de agrotóxico nos municípios, preocupação pertinente, uma vez que existam casos de contaminação em municípios dos estados de MT e MS, assim como pesquisas apontando problemas relacionados ao uso de agrotóxicos.

O Banco de dados DATALUTA se mostrou importante fonte de informações sobre a questão agrária brasileira. Apesar das possíveis falhas na metodologia de registro das informações por meio de notícias de jornais, no qual manifestações e ocupações podem não ser noticiadas, a confrontação com os dados da CPT, faz do banco de informações o mais próximo da realidade da luta pela terra.

Nos 10 anos de existência, a rede DATALUTA se consolidou não só como fonte de informações, mas, sim, como coletivo de pensamento na análise da questão agrária no Brasil. A articulação da rede permite a amplitude no registro das informações e análise da luta pela terra nos estados brasileiros.

A diversidade da luta pela terra em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se reflete na quantidade dos movimentos socioterritoriais registrados pelo DATALUTA.

Nesse sentido, o campo em MT e MS é marcado pela luta de posseiros, trabalhadores sem terra, indígenas entre outros, filiados a movimentos socioterritoriais com diferentes perspectivas de luta, resultando em diferentes formas de ação e organização.

As ações dos movimentos socioterritoriais (ocupação e manifestação) promovem a espacialização e territorialização da luta pela terra, contudo, a ocupação, principal ação dos movimentos socioterritoriais, sofreram retração significativa em MT e MS, no período estudado. Aprofundando a análise, observamos a ocorrência dos maiores índices de ações coletivas entre os anos de 2000 a 2006, motivado, principalmente, pela eleição de um governo popular e, consequentemente, a esperança de realização da Reforma Agrária.

De 2007 a 2012 houve redução significante nas ocupações. Segundo informações colhidas em campo, a redução se deve pelo impacto dos programas de combate a pobreza e transferência de renda e a não realização da Reforma Agrária esta última produz decepção. A Reforma Agrária, principal reivindicação dos movimentos socioterritoriais, não ocorreu como se esperava, contribuindo para a redução do número de famílias em luta. Outro fator importante na discussão da luta pela terra é a falta de políticas públicas para os assentamentos gerando desmobilização, como afirma Almeida (2011, p.1).

> É também na busca de atingir esta premissa, que os movimentos e organizações sociais têm construído lutas por políticas públicas complementares à Reforma Agrária, como crédito, comercialização, assistência técnica, saúde, educação – na sábia compreensão que “só terra cortada não basta”.

Entendemos a necessidade da Reforma Agrária ir além da redistribuição de terras, pois deve assegurar a permanência dos camponeses na terra oferecendo-lhes saúde, educação e geração de renda, condições dignas de vida.

Diante da redução de ocupações e pessoas em luta, foram constatadas novas estratégias adotadas pelos movimentos com o objetivo de atrair pessoas para luta. Em especial a flexibilização das atividades nos acampamentos permitindo que os acampados passem boa parte da semana trabalhando fora. Com isso, os movimentos voltam a mobilizar pessoas para a luta.

No mapeamento das ocupações, verificamos em Mato Grosso do Sul, concentração no Centro Sul do Estado, principalmente nos municípios de Ponta Porã e Rio Brilhante. Em Mato Grosso, as ocupações concentraram-se nas regiões Sul e Norte, principalmente em municípios com forte presença do agronegócio (Rondonópolis, no Sul e Sinop, ao Norte).

A política fundiária foi fundamental para a região Centro Sul de MS se tornar conflituosa, pois permitiu a posse e a concentração fundiária criando as bases para o desenvolvimento da propriedade capitalista no campo, via expansão do agronegócio. Nesse processo, houve agravamento da desigualdade social com a expropriação de posseiros, camponeses e povos tradicionais da terra, e trabalhadores sem terra de outras regiões, atraídos pela ilusória possibilidade de acesso a terras na região.

O MST foi o movimento que mais organizou ocupações nos estados de MT e MS, seguido pelo movimento Indígena e pela CUT. Em Mato Grosso o protagonismo das ocupações ficou com o MST, entre os anos de 2000 a 2012. Em Mato Grosso do Sul, há alternância no protagonismo entre MST e Indígenas em movimento. Em MS, o MST ficou a frente da luta entre os anos de 2001 a 2006, após esse período, houve a ascensão da luta indígena no Estado, e, consequentemente, aumentou o número de ocupações organizadas por este movimento.

Considerado eficiente na mobilização da sociedade, o bloqueio de rodovia, foi o principal tipo de manifestação que ocorreu em MT e MS. Em trabalho de campo esta análise se confirmou, sem dúvida bloquear rodovias impacta o sistema e produz respostas rápidas. Como estratégia, as manifestações ocorrem principalmente na cidade, por sediarem órgãos responsáveis pela Reforma Agrária e demarcação de terras (INCRA, FUNAI), além da presença de veículos de comunicação, dando visibilidade à luta.

Essas características evidenciam a organização dos movimentos socioterritoriais do campo, manifestando nos principais centros urbanos dos estados. Em Mato Grosso, as cidades de Cuiabá e Cáceres concentraram as manifestações; em Mato Grosso do Sul, Campo Grande e Dourados receberam a maioria das manifestações no período estudado. Os dados revelam que as cidades, assim como para o agronegócio, são importantes para a luta pela terra.

No chão da luta, foi possível conhecer a história dos sujeitos, em especial dos acampamentos Silvio Rodrigues (MT), Kássio Ramos (MT) e Antônio Irmão (MS). Nesses acampamentos, compreendemos a diversidade, persistência e angústia da luta pela terra em MT e MS. Um ponto em comum entre os acampamentos foi a preocupação com a educação, pois se observou a existência de uma biblioteca no acampamento Kássio Ramos (MT) e de uma escola no acampamento Antônio Irmão (MS).

As dificuldades presentes no cotidiano dos acampamentos vão de segurança, infraestrutura a alimentação, contudo, a resistência dos acampados e sua organização se sobressaem e desmitificam a imagem negativa sobre os "sem terra". No chão da luta, se observou também o desgaste físico e mental dos acampados pela lentidão da Reforma Agrária, no entanto, a esperança os move, esperança de uma vida digna, de conquista de direitos e qualidade de vida para suas famílias.

Portanto, diante destas reflexões realizadas neste estudo, concluímos que a luta pela terra em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul está longe de estar acabada ou resolvida. A luta se refaz na lógica do desenvolvimento desigual do capitalismo, que continua a se territorializar e monopolizar os campos matogrossense e sulmatogrossense, reproduzindo os conflitos pela terra. Em contrapartida, com ou sem apoio do Estado, a luta pela terra continua a se especializar, de acordo com as estratégias adotadas pelos movimentos diante da conjuntura política econômica.

BIBLIOGRAFIA:

A GAZETA, Cuiabá, Ano 21, nº 7.038, 15 mar. 2011.

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental**: A SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, jul./dez. 2003

ALMEIDA, Rosemeire. A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de recriação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 390f. Presidente Prudente. Tese de Doutorado em Geografia. UNESP, 2003.

_____. **Aliança Terra-Capital em Mato Grosso do Sul.** Simpósio Internacional de Geografia Agrária (ANAIS), Niterói – RJ, 2009.

_____. **Reforma Agrária e omissão em Canoas**. 2011. Disponível em: <http://cptms.blogspot.com.br/2011/10/artigo-reforma-agraria-e-omissao-em.html>. Acesso em 7de nov. 2014.

ALMEIDA, Rosemeire A de, KUDLAVICZ, Mieceslau, SILVA, Tânia Paula da. Agropecuária e transformações territoriais em mato grosso e mato grosso do sul na última década: estudo comparativo dos dados censitários. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

ARRUDA, Zuleika A. **Onde está o agro deste negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio.** 257f. Tese (Doutorado em Geografia), UNICAMP, 2007.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios, 3º edição, São Paulo: Ática, 1994.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas**. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, 1996, p. 71-85.

BERNARDES, Julia. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. p.325-366. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

_____. Modernização agrícola e trabalho no cerrado brasileiro. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 15p.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Pensando a Geografia).

BETO, Frei. **Dom Pedro Casaldáliga, santo e herói**. In: ADITAL Notícias da América Latina e Caribe. 2005. Disponível em: < http://www.adital.com.br/?n=rsa>. Acesso em 14 de out. 2014.

BRAND, Antonio. **A violência contra os povos indígenas em 2011: um novo governo e velhos problemas** In: CANUTO, A. LUZ, R. S. WICHINIESKI,I. (Orgs). Conflitos no Campo Brasil 2011, Goiânia, 2012.

BRAND, Antônio Jacó. FERREIRA, Eva Maria Luiz. AZAMBUJA, Fernando de. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidiciplinar.** Campo Grande: UFMS, 2008. p.27-51.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946. **Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BRASIL. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm/>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Portaria nº 080 de 24 de fevereiro de 2002**.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro**. Terra nossa, Liberdade.** Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>. Acesso em: 30 de jul. 2013.

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Ano 59, nº18. 356, 29 fev. 2012.

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Ano 59, nº18. 404, 17 abr. 2012.

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Ano 60, nº18. 981, 17 nov. 2013.

DATALUTA. **Apresentação. 2011.** Disponível em:http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/apresentacao_dataluta_2011.pdf. Acesso em 01 nov. 2012.

DATALUTA. **Relatório Nacional 2011**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php. Acesso em: 03/05/2014.

ELIAS, D. S. PEQUENO, L. R. B. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-39, mai. 2007.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. **Estatísticas - Soja**. 2014.disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=294&cod_pai=16>. Acesso em 3 de ago 2014.

FABRINI, João E. **A Posse Da Terra e o Sem-Terra no Sul de Mato Grosso do Sul o Caso Itaquiraí**.167f. Dissertação (mestrado em geografia), FCT, UNESP,1995.

_____. **As Manifestações Coletivas e Comunitárias como Componentes da Resistência Camponesa.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. 2005.

_____. A posse e concentração de terra no sul de mato grosso do sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidiciplinar.** Campo Grande: UFMS, 2008. p.53-79.

_____. **Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Boletim DATALUTA.** Nº59. Presidente Prudente, novembro de 2012.

FABRINI, João E. ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 214f. (Doutorado em Geografia). UNESP. Presidente Prudente. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo. 207f. Dissertação (mestrado em geografia), FFLCH, USP, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 – 1999). 316 f. Tese (doutorado em geografia), FFLCH, USP, 1999.

_____. **MST formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, P.59-86. nº 15. 2000.

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra.** XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC. 2001. Disponível em:< http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/FernandesBernardoPort.pdf.>. Acesso em 13 de mai. 2014.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA** – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, Reforma Agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito,Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo:Expressão Popular, 2009.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 347f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp). 2008.

GOHN, Maria. da G.. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. 2000. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php. Acesso em 15 abr. 2014.

_____. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias.** 2ª Ed.São Paulo: Cortez, 2008.

_____.**Teorias dos movimentos sociais**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GRAZIANO, José da Silva. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, Fase, Vozes, 1987.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril 1999: 148-168p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI. Octavio. **Colonização e contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes. 1979.

INAMASU, Ricardo Y. BERNARDI, Alberto C. de C. et al.Estratégia de implantação, gestão e funcionamento da Rede Agricultura de Precisão. In: INAMASU, R. Y.; NAIME, J. de M.; RESENDE, A. V. de; BASSOI, L. H.; BERNARDI, A. C. de C. (Ed.). **Agricultura de precisão: um novo olhar**. São Carlos: Embrapa Instrumentação. 2011.

INAMASU, Ricardo Y. BERNARDI, Alberto C. de Campos. **Agricultura de Precisão**. In: BERNARDI, Alberto Carlos de C., et al. Agricultura de precisão: resultados de um novo olhar. /, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**. Censo Agropecuário, (SIDRA)**. Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/1996 e 2006.

_____.Comentários In: **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf> Acesso em 19 jan. 2015.

_____. **Relatório de Produção Agrícola Municipal (PAM) 2010.** Disponível:<www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_Publicacao_completa.pdf> Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A Década Inclusiva (2001-2011):** Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. 2012. Disponível em: < www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em 06 fev. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **O Brasil desconcentrando terras: o índice de GINI**. 2001.<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/indice_de_gini_-_o_brasil_desconcentrando_terras.pdf > acesso em 22 set. 2013.

INPE/CANASAT. **Área de colheita de cana-de-açúcar nos Estados de MT e MS - Safras 2000/2012.** Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/canasat/>. Acesso em: 14 mar. 2014.

JAPIASSU, Hilton. **O Mito da Neutralidade Científica.** Rio de janeiro: Imago, 1976, p. 07-47.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010.. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS.Três Lagoas. 2010. 177 p.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMOS, Linovaldo, M. O global e o local numa lógica reticular. In: **Revista de Economia Heterodoxa**, nº 9, ano VII, 2008.

MARCOS, V. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, 2006, p. 105-136.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002.

MARGARIT, Eduardo. **Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia**: a dinâmica do processo de pavimentação da BR-163. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS. Três Lagoas. 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.1981.

_____.**O Cativeiro da Terra.** 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____.**O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Sérgio. A cidade “sem infância:” aprodução do espaço no mundo da mercadoria. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, 1996, 23-47 p.

MELO, Danilo S. NARDOQUE, Sedeval. As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade. **Boletim DATALUTA**. NERA. Presidente Prudente. Jan 2014. 10 p.

MIZUSAKI, Márcia Y. Questão Agrária e Disputas Territoriais em Mato Grosso do Sul: Novos Conteúdos, Velhas Práticas. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

MORENO, Gislaene. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da terra em Mato Grosso**. 633f. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo. 1994.

_____.**Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

MOTA, J. M. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na reserva indígena de dourados à multiterritorialidade**. 406f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Lei e justiça: Conflitos e grilagens em 2006 – Apontamentos iniciais. In: **Conflitos no Campo Brasil 2006/CPT**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007, p. 170-175.

MOTTA, Regina Célia C. de S. **As linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados - MS**. 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados. 2013

MOURA, D. J. VICTOR. F. B. CLEPS JUNIOR. J. A**s ações políticas dos movimentos sociais do campo em Minas Gerais: manifestações da luta pela terra e seus desdobramentos.** Encontro Nacional dos Geógrafos (ANAIS), Porto Alegre -RS. 2010.

NAGLIS, Suzana G. Batista. **"Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960)**. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6º ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P.(Ed.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45-67.

_____. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados**. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

_____.Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

_____. AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL. **CAMPO-TERRITÓRIO**, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira.** Actas XII Colóquios de Geocrítica. http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf, 2012. Acesso em 22 fev. 2014.

ORIGUELA, Camila. Ferracini. **Paradigma e metodologias da questão agrária:** uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema-SP. 98f. (Monografia em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011..

PALMA, Danielly Cristina de A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. 104f. Dissertação de mestrado (Mestrado em saúde). UFMT. Cuiabá. 2011.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PEDON, Nelson R. **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** 240f. (Tese Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, Mônica C. de B. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora Expressão Popular, 2012.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRES, Dario, X. Et al. Uso de agrotóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, mar-abr, 2005, p 598-605.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A **Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2006.

_____. A geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.207-253.

RIGOTTO, Raquel. O uso seguro de agrotóxicos é possível? In: LONDRES, Flávia. **AGROTÓXICOS NO BRASIL: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011, p. 48-51.

ROCHA, Jonas R da. **Chapadão do Sul (MS): um espaço construído no contexto da soja**. 137f. (Dissertação Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terras. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton**. Urbanização Brasileira**. 1 ed. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2012. p.21-41.

SANTOS, Rafael. O. **Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). UNESP. Presidente Prudente, 2010.

SILVA, S. C. **A família de municípios do agronegócio: expressão da especialização produtiva no front agrícola**. 129f. (Dissertação Mestrado). Campinas, 2007.

SIQUEIRA, Eranir, M de. SOUSA, Neimar M de. A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E A HISTÓRIA DOS GUARANI/KAIOWÁ. (ANAIS) **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Londrina, 2005. 8 p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **O MST e a ocupação de terras**. 7 de abril de 2010. Disponível em: < http://www.mst.org.br/node/9438>. Acesso em: 3/12/2013.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

TOURAINE. Alain. **Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina.** Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VILLAÇA, Flávio. **A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano)**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, Brasil: Revista dos Tribunais, v.11,n.44 (jul./set.2003),p.341-346.